
113ª Sessão Ordinária – 20NOV13

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Convido a palestrante, Sra. Adiles da Silva Lima, professora especialista em estudos africanos e afro-brasileiros, que está participando da nossa 29ª Semana da Consciência Negra e Ação Antirracismo da Câmara Municipal de Porto Alegre e que falará sobre a Semana da Consciência Negra, hoje, dia 20 – Dia da Consciência Negra –, como processo de evolução civilizatória brasileira, a fazer parte da Mesa.

O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Presidente, Ver. Dr. Thiago; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, peço tempo de Liderança até para que este plenário e a Presidente consigam se organizar, e, agora há pouco, ainda fazia um registro de que muitos Vereadores ainda não estão em plenário em razão de que a CPI da Procempa acabou às 14h. Aliás, nesta Casa, nós temos três CPIs, e ainda se avizinha ou se especula uma possibilidade de uma quarta CPI. Nós precisamos fazer uma reflexão sobre essas questões de Comissões Parlamentares de Inquérito para ver se nós não tenhamos que escolher um outro horário, porque, nesta Casa, daqui a pouco não se consegue fazer mais nada a não ser trabalhar nas CPIs.

E, por falar nisso – e vejo que a Ver.^a Sofia me acompanha também atentamente –, eu quero fazer um apelo aqui. Nós tivemos uma Audiência Pública nesta Casa, Sr. Presidente, onde foi-me delegado, como Vice-Presidente, que representasse a Casa. Essa Audiência Pública teve como objetivo debater um projeto do Executivo que trata das questões que envolvem os ciclistas, e aqui nós não tivemos a participação do Executivo. Eu não vou entrar no mérito da obrigatoriedade, das questões de participar ou não, ocorre que esta Casa – e aí eu quero fazer um apelo aos Vereadores –, nós precisamos ter parcerias dos Vereadores, aqui, independentemente se é de oposição, de situação, se é representante de minoria ou independentes, enfim, aquele negócio todo. Eu acho que esta Casa é uma Casa independente, é uma Casa que procura fazer o seu trabalho, e os

Vereadores que se dispõem a participar, como este Vereador o fez, precisa receber apoio dos demais colegas. Na Audiência Pública, esse Vereador foi criticado, enfim, a Casa foi criticada como se este Vereador fosse o responsável por não estar aqui à representação do Executivo. Ora, gente, esta Casa é independente, é um Poder independente, e este Vereador não tem a mínima obrigação, não tem a mínima competência de responder por questões a não ser aquela em que ele está, e eu estava, naquele momento, representando a Casa, e nesse sentido, Presidente, assumi compromisso e V. Exa. como Presidente da Casa e também membro do Partido do Executivo, membro do PDT, de fazer um apelo, porque eu assumi esse compromisso com as pessoas que aqui estavam, ainda que muitos deles foram deselegantes, eu assumi compromisso que faria um apelo e já liguei para o Executivo, para mais de uma autoridade do Executivo, inclusive para a EPTC, o Dr. Cappellari já sinalizou que vai tentar ver o que é possível fazer, para que a gente dê uma satisfação para os representantes dos ciclistas. O que nós não podemos é ficar, em primeiro lugar, omissos, alheios a essa situação. Eu sei que há um precedente de comportamento não democrático em outra oportunidade, não há dúvida, só que não é motivo para não participarmos mais das Audiências Públicas, até porque a Audiência Pública é um instrumento que tem base no Regimento, na Lei Orgânica, e nós precisamos cumpri-lo. Então, fica aqui, Presidente, o meu apelo, porque assumi um compromisso, em nome da Casa, de tentar sensibilizar o Executivo da possibilidade de retornarmos ao debate, para ouvir as necessidades dos representantes dos ciclistas, assim como fizemos, hoje pela manhã, com a Associação dos Ferroviários ali do bairro Humaitá. É um trabalho árduo, não simpático na maioria das vezes, porque há muita cobrança, só que, infelizmente, Ver. Cecchim, quando assumimos um compromisso na vida pública, nós temos ônus e bônus, não podemos fugir da raia, temos que valorizar o que nós temos, são dois ouvidos e uma única boca, temos que ouvir o povo. Esse é o apelo que faço. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PROFESSOR GARCIA: Sr. Presidente, uma questão de ordem em cima da fala do Ver. Bernardino Vendruscolo. Ver. Bernardino Vendruscolo, eu gostaria que V. Exa. me ouvisse. É que o próprio Executivo falou, logo depois daquela Audiência Pública do Jaime Lerner, que não viria mais aqui nesta Casa. Eu entendo que esta é uma Casa autônoma.

Respeitando os Poderes, nós temos que fazer que o Executivo, sim, venha a esta Casa nas Audiências Públicas.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Sim. Ver. Professor Garcia, eu já me manifestei e falei da contrariedade desta Casa com relação à ausência do Executivo às Audiências Públicas, já manifestei a minha contrariedade, coloquei da importância, da necessidade e da legalidade da presença deles, inclusive, nós, por orientação e necessidade do Ministério Público, teremos que fazer a prestação de contas da Secretaria Municipal de Saúde, em Audiência Pública, neste plenário, e o Executivo vai ter que se fazer presente.

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Ver. Dr. Thiago; Secretário, Ver. Carlos Nedel; Vereadores e Vereadoras, hoje alguns Vereadores me perguntaram o que eu tinha feito com a minha cara, porque eu tirei a minha barba. Uns pensaram que eu tinha errado na hora de fazer a barba, mas, na verdade, eu tinha feito uma promessa a mim mesmo e cumpri essa promessa hoje: nós vamos entregar, referendando o projeto que nós demos entrada aqui na Casa, para abertura dos postos de saúde 24 horas, mais de 96 mil assinaturas de trabalhadores de Porto Alegre (Palmas.) que veem a necessidade, Sr. Presidente, Vereadores, de abertura desses postos 24 horas, da necessidade de os trabalhadores de Porto Alegre serem atendidos no direito de ter acesso, fundamental, ao maior bem que as pessoas têm na vida, que é a saúde. Já falei algumas vezes nesta tribuna: todos os credos, todos as raças, todas as religiões, todos os povos têm como bem maior a vida. E a nossa Cidade não pode se furtar, Ver. Idenir Cecchim, de preservar esse bem maior, e esse bem só é conseguido, só é solidificado se tiver a parceira de políticas públicas e, principalmente, políticas voltadas ao povo, voltadas à saúde do povo. Nós não podemos mais ver os trabalhadores chegar em casa, e os postos de saúde de Porto Alegre estarem fechados, fecham às 5h da tarde. Nós estamos aqui falando de UPAs, nós não estamos aqui falando de pronto atendimento; nós estamos falando de Unidade Básica de Saúde, aquela que está no bairro, que está na vila de Porto Alegre, na qual o doutor conhece as pessoas pelo nome, que a enfermeira conhece as pessoas pelo nome, que a comunidade se identifica com esses profissionais, que faz festa, como foi a

pág. 3

inauguração da UBS da São José, que faz festa cada vez que um profissional aceita ir trabalhar nos bairros e vilas de Porto Alegre. Nós, além de protocolar esse projeto, queremos agradecer à Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, através do Relator desse projeto, Ver. Elizandro Sabino, que considerou o nosso projeto sem óbice nenhum para tramitar, então ele é constitucional, legal, ele vem para ajudar o povo de Porto Alegre. Dinheiro, nós vamos arrumar. Dinheiro vemos que tem. Dinheiro, nós já aprovamos nesta Casa a LDO, o PPA. Agora, para demonstrar a vontade dos trabalhadores que querem acesso à saúde, nós apresentamos na LOA, a pedido dos trabalhadores, um projeto de lei para que 16 postos de saúde funcionem até as 22h, nas regiões do OP, nos bairros populares, que iniciem essa experiência em postos que têm funcionários à disposição, em posto onde é possível dar acesso a saúde às pessoas, aos trabalhadores de Porto Alegre. Volto a afirmar que esse é o bem maior que o povo brasileiro tem.

Quero agradecer os dirigentes sindicais, os comerciários, os rodoviários, os vigilantes, os líderes de bairro, os conselheiros tutelares, os conselheiros do OP, os representantes de associações de moradores, os trabalhadores, meus colegas do Sindicato dos Comerciários de Porto Alegre que estão aqui, dirigentes da Força Sindical pela dedicação nesse desafio que foi trazer mais de 96 mil assinaturas dos trabalhadores de Porto Alegre para que nós as incluamos para referendar o nosso projeto que protocolamos nesta Casa a pedido dos trabalhadores.

Com força e fé, vamos, com certeza, distribuir saúde para o nosso povo, distribuir solidariedade. Muito obrigado. Que Deus abençoe a todos nós.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Convido o Ver. Bernardino Vendruscolo a conduzir os trabalhos para que eu possa receber do Ver. Janta as assinaturas.

(O Ver. Bernardino Vendruscolo assume a presidência dos trabalhos.)

(Procede-se à entrega das assinaturas.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra em Tempo de Presidente.

O SR. DR. THIAGO: Caro Ver. Bernardino Vendruscolo, utilizo o Tempo de Presidente por essas duas situações colocadas. Primeira colocada por V. Exa. no que se refere à questão das Audiências Públicas, que já demos acordo, temos que sensibilizar o Executivo para que, efetivamente, compareça porque a sua presença é importante. Sem dúvida nenhuma, o que V. Exa. relatou, nós temos que trabalhar isso aí. Não podemos vir a Audiências Públicas também com uma revolta desmedida por parte de alguns segmentos já bem observados, segmentos já bem identificados, e V. Exa. fez isso na Audiência Pública que presidiu e eu fiz isso na Audiência Pública que presidi, quando estava aqui o Jaime Lerner. Estávamos aqui para discutir o projeto e a figura pública do Jaime Lerner acabou sendo atingida e agredida, e isso, em muitos momentos, foi a tônica da nossa Audiência Pública. Isso tem que mudar! Então, em primeiro lugar era isso, queria fazer essa referência e dizer que dou acordo. Acho que foi muito boa a colocação do Professor Garcia, acho que temos que avançar nesse aspecto.

Com relação, Ver. Janta, ao projeto; esse projeto não é só importante, ele é uma necessidade para a saúde da cidade de Porto Alegre, é uma necessidade. Nós temos já instituído, no âmbito do Município de Porto Alegre, em algumas regiões pontuais, atendimento até às 22h. O Ver. Mario Fraga sabe bem do que eu estou falando, porque Belém Novo, nos anos de 2006, 2007, quando geria a saúde, o Prof. Pedro Gus conseguiu avançar e ter o terceiro turno de atendimento no bairro Belém Novo. E isso faz uma diferença para a saúde da Cidade! Isso faz uma diferença na saúde daquela região, que nós não temos parâmetros para medir; é a mudança da água para o vinho. E se nós tivermos, Ver. Cláudio Janta, em uma iniciativa de boa-vontade da gestão pública municipal, pelo menos como V. Exa. coloca, dois postos por região da Cidade abertos 24 horas, ou abertos, pelo menos inicialmente, até às 22h, nós vamos estar ganhando muito em termos de saúde pública. Nós vamos, Fernanda Melchionna, fazer com que os profissionais que hoje se demitem do Município, às vezes por dificuldade pessoal – até porque, no Município, o rendimento que eles percebem, falo dos médicos, é um rendimento baixo –, vai proporcionar que esses profissionais permaneçam no Município porque eles vão ter a maleabilidade de horário. Vão cumprir o horário, Ver. Idenir

Cecchim, vão cumprir, porque hoje cumprem. Hoje tem cartão ponto, hoje não tem mais que se queixar de que médico não cumpre horário. Então, vão cumprir e vão ter a possibilidade de malear o seu horário para poder efetivamente atender a população trabalhadora que não tem como estar no horário das 8h às 17h, na unidade de saúde.

Então, Ver. Cláudio Janta, quero me solidarizar aqui com esse seu projeto e quero dizer que, além da questão dos postos 24 horas, nós precisamos melhorar aquilo que diz respeito à referência e contrarreferência nas unidades, nos hospitais de Porto Alegre.

Quero voltar a falar da questão dos técnicos de enfermagem; quero voltar a falar da necessidade da contratação dos técnicos de enfermagem para o Hospital Presidente Vargas, por exemplo; quero voltar a dizer que nós temos metade dos leitos de UTI neonatal do Hospital Presidente Vargas fechados hoje por falta de técnicos de enfermagem; quero dizer que nós temos 10 leitos de UTI pediátrica, que são para aqueles nenezinhos maiores, também fechados por falta de técnicos de enfermagem; quero dizer que a emergência pediátrica está atendendo, no Hospital Presidente Vargas, de forma restrita, também em função disso.

E eu vou ser um pouco agressivo, vocês vão me permitir isso, e a comunidade que está em casa vai me permitir isso. Eu vou ser um pouco agressivo com as imagens. No dia de ontem, acabei realizando lá no Hospital – eu sou funcionário público do Município – uma cesariana em uma paciente que estava aguardando, há mais de dois dias, para fazê-la por falta de leito na UTI neonatal, porque ela apresentava este tumor aqui. (Mostra foto.) Ela tinha um tumor de coluna lombar torácica e estava aguardando, há mais de 48 horas, para se submeter à interrupção da gravidez e à sua cesariana por falta de leito na UTI neonatal do Hospital Presidente Vargas, porque lá faltam técnicos de enfermagem. Eu quero sensibilizá-los com essas imagens, e, sem dúvida nenhuma, Ver. Janta, dizer que nós damos todo o apoio porque entendemos que esse projeto é fundamental à Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Dr. Thiago reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa-tarde a todos e a todas, eu queria, primeiro, cumprimentar o Ver. Cláudio Janta e cumprimentar cada um de vocês que está aqui conosco na tarde de hoje pela coleta de mais de 90 mil assinaturas. Sabemos o quanto é difícil coletar assinaturas, sair nas ruas coletando, e, ao mesmo tempo, para um projeto tão importante para Porto Alegre. Eu acho que o fato de um projeto entrar com tantas assinaturas, e um projeto de iniciativa popular ser protocolado nesta Casa, certamente sacode as estruturas no sentido de mostrar a força do povo querendo ter o atendimento em saúde 24 horas por dia. E, por outro lado, a pressão sobre os de cima para que o dinheiro público seja investido na saúde pública.

E é nesse sentido que eu quero intervir sobre o caso lamentável que ocorreu na segunda-feira nesta Casa, quando houve Audiência Pública sobre o Plano Diretor Cicloviário, uma vez que a Prefeitura enviou um projeto retirando os 20% das multas de trânsito que seriam destinadas à aplicação de ciclovias e educação para o trânsito. Toda semana tem um acidente grave com bicicletas.

Um debate de mobilidade urbana, além de um debate de planejamento da Cidade, também é um debate sobre vida, sobre saúde, sobre qualidade atmosférica, sobre o direito de ir e vir na cidade, sobre a possibilidade de acabar com esta lógica carrocentrista, que vai esturricando as ruas, as avenidas e, sistematicamente, transformando Porto Alegre numa cidade cada vez mais inviável.

Mas eu não queria falar do conteúdo da Audiência Pública, porque acho que esta Câmara tem o dever de, firmemente, exigir a presença da Prefeitura Municipal e do Governo nas Audiências Públicas.

Acho mais: um prefeito, independente de concordar ou discordar, de qualquer cidade e seus secretários não podem se comportar como uma criança mimada, que, ao ver que há críticas aos seus projetos, que há descontentamento popular, que tem gente que está lutando por direitos e que vão ouvir, sim, críticas, sugestões, pedidos para serem discutidos temas democraticamente, digam que não vão à audiência. É como uma criança que está jogando bola – uma criança mimada – e, ao seu time começar a perder, tira a bola e diz que não entra mais no jogo.

É inaceitável que o Prefeito tenha dito que não manda mais representação para discutir com a Câmara e para discutir, sobretudo, com os porto-alegrenses que vêm à Câmara

exigir Audiências Públicas, porque vaias e aplausos são parte do processo democrático. O que não é democrático é cortar árvores, na surdina, quando a Cidade sequer sabe dos projetos e surpreender toda a Porto Alegre com corte de árvores históricas na Usina do Gasômetro. O que não é democrático é não abrir processo transparente para licitação de serviços públicos e seguir com um modelo de transporte que privilegia grandes empresários e que nunca foi licitado na nossa Cidade. O que não é democrático é a gente ver dinheiro voando pela janela na Procempa e as pessoas morrendo nas filas de saúde dos hospitais, dos postos de saúde. O que não é democrático é que haja uma contratação por notório saber, e que a Cidade não discuta o futuro da sua orla. O que não é democrático são dez mil pessoas terem que ir para as ruas para barrar o aumento das passagens quando era evidente, pelo próprio Tribunal de Contas, que mais de 72 milhões foram ganhos, de maneira ilegal, pelos empresários do transporte coletivo. O que não é democrático é não vir debater um projeto enviado pelo Governo, com os ciclistas, com a Cidade, com esta Câmara. E nós não podemos aceitar esta lógica. O que não é democrático é se recusar a discutir com a cidadania e se recusar a discutir com os movimentos sociais e populares. E eu espero que a gente dê uma resposta firme, Presidente; uma resposta firme. Porque em cinco anos de Câmara, eu nunca vi, não vi representação do Governo Municipal nas audiências que tinham a ver com projetos enviados pelo Executivo em temas polêmicos como o Pontal do Estaleiro, como o Cais Mauá; nunca vi tamanho desrespeito e tamanha medida antidemocrática de parte do Governo Municipal. E nós não podemos – não podemos! – aceitar! Temos que ser firmes na resposta e na exigência ao Governo Municipal, sob pena, Ver. Cláudio Janta, de, na sua audiência para discutir os postos de saúde 24h, o Governo se recusar a estar presente para discutir com vocês, para discutir conosco saúde pública de qualidade para todos.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Sr. Presidente, estimados colegas, muito boa-tarde a todos. Plenário hoje cheio, saúdo todos que aqui estão. Quero parabenizar também o Ver.

Janta e a Força Sindical que se engajaram nessa demonstração democrática de cidadania; nossos cumprimentos e nosso total apoio ao projeto.

Presidente, Ver. Dr. Thiago, ao saudar V. Exa. também quero fazer uma saudação pelo Dia da Consciência Negra, que estamos comemorando, para a qual esta Casa realizou um conjunto de atividades comemorativas. Ontem, à noite, tivemos, aqui, uma homenagem, presidida pelo Ver. Tarciso Flecha Negra, à Mãe Maria, proposta pelo Ver. Eng^o Comassetto. Tivemos também várias outras atividades e que são, sim, fundamentais, porque ainda existem muitos que dizem que racismo não existe, que racismo é uma bobagem. Ainda ontem, eu me encontrava num jantar num salão muito pomposo da Cidade, com mais de 250 colegas advogados, onde não havia nem um negro, Ver. Flecha. Essa é a sociedade sem racismo em que nós vivemos. Quero ilustrar, em vez de falar só de coisas boas, porque eu estaria sendo hipócrita, porque a vida do povo negro, Ver. Janta – e o teu projeto vem também nesse sentido de acabar com a discriminação de duas cidades –, a vida desse povo negro não é uma vida de felicidade, de alegria, de respeito por parte do Poder Público. Eu quero mostrar uma partezinha de um vídeo e marcar, em nome da nossa Bancada, Ver. Sgarbossa e Ver.^a Sofia Cavedon, este Dia da Consciência Negra, saudando a Dona Elvira Oliveira Xavier. A Dona Elvira mora no loteamento Cristiano Kraemer, loteamento que muitos aqui devem conhecer. E ela é afrodescendente. Na segunda-feira, ela sofreu um desalojamento forçado com a devida ordem judicial – é verdade! E aqui eu não estou me referindo tão somente ao DEMHAB, quero também fazer uma dura crítica à postura do Judiciário, Ver. Marcelo, tu que também militas no acesso à Justiça. É muito fácil para o Judiciário decretar a reapropriação de uma residência. Mas eu queria exigir que o DEMHAB fizesse, em todos os loteamentos da Cidade onde há alguém residindo irregularmente, o mesmo que foi feito com essa senhora de 78 anos, negra, na segunda-feira, aqui em Porto Alegre. Esse loteamento não está regularizado por culpa do DEMHAB, o que deveria ter sido feito há mais de oito anos!

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

O SR. ALBERTO KOPITKE: Essa senhora vai acabar desmaiando, sendo levada para o hospital, e por isso não pôde vir hoje porque está hospitalizada, sofreu um início de

infarto. A Dona Elvira teve a sua casa reapropriada pela Prefeitura. Mas eu pergunto: será que essa é a melhor forma de fazer homenagem ao Dia da Consciência Negra? Simplesmente mandar cumprir uma ordem judicial sem nenhum tipo de acompanhamento, de assistência social? E, de tarde, por mais estranho que pareça, a casa já estava pronta para ser reocupada por uma pessoa. E sabe o que os familiares da Dona Elvira ouviram, Ver.^a Sofia, da Prefeitura? Se ela tivesse feito campanha política para a pessoa certa, isso não estaria acontecendo com ela. Eu não posso acreditar, Ver. Cecchim. Eu também sei que isso não acontece em Porto Alegre, eu sei que moradia popular aqui não é moeda de troca. Não, não pode ser, colega Mauro, não posso acreditar que a nossa Cidade, em pleno século XXI, ainda tenha polícia mandada para tirar pessoas, à força, de dentro de suas casas. Essa é a política urbana da atual Administração, essa é a forma de homenagear os negros? Fica a pergunta porque os gestos concretos foram feitos já pela Prefeitura, talvez acabem, inclusive, com a vida da Dona Elvira. É muito triste, caro Flecha, infelizmente, mais um Dia da Consciência Negra, e nada a comemorar.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, população, povo de Porto Alegre que está nas galerias, principalmente da Força Sindical; quero dizer que o Ver. Janta é um Vereador grande em tamanho e um grande Vereador na coragem. Espero, Ver. Janta, e me permita que eu faça uma sugestão a V. Exa., que essas cópias sejam levadas também para a Assembleia Legislativa e para o Planalto. V. Exa. pode conduzir bem, conhece o caminho, terá um caminho adiante para levar para o Congresso Nacional essas mesmas assinaturas, para que o Governo Federal e o Governo Estadual façam a sua parte. Quero dizer que esse chapéu não é meu, mas, se o Governo Estadual pagasse a dívida que tem com o Município, quase 50 milhões, e uma dessas dívidas é esse Posto do Murialdo, que o Estado prometeu e não pagou, certamente melhoraria a saúde pública em Porto Alegre. Eu quis pegar esse chapéu emprestado para fazer um aceno com o chapéu dos outros. Como tem gente que faz

pág. 10

aceno com o chapéu dos outros! O Governador Tarso Genro é um deles, é o campeão de fazer aceno com o chapéu dos outros. Ele não paga os funcionários públicos, ele não paga a Saúde, dá aumento para depois de 2018. Não vai ser ele quem vai pagar, porque ele não vai se reeleger. Então, ele só faz aceno com o chapéu dos outros. E nós temos de dar um basta nisso e começar a identificar quem é que se aproveita, quem é que usa a desgraça dos outros para fazer acenos na frente. Aceno não se faz com chapéu alheio. Faz-se ou não? A prática é que mostra como é que age um homem público. A prática é que mostra. Não adianta cobrar no presente, se no passado não fez. E não adianta oferecer lá na frente, se não está fazendo agora. É o que está fazendo o Governo do Estado do Rio Grande do Sul. O Governador promete aumento para a Brigada, promete aumento para todos, para os professores ele não promete. Ele prometeu antes da eleição e não cumpriu. Agora, está prometendo para a Brigada, para a Polícia, para o mundo, para pagar depois de 2018. Ele não vai pagar, porque não vai se reeleger. Ele não vai fazer, não vai pagar mais uma vez. Ele prometeu acabar com os pedágios dos outros. Agora o Governo está cobrando pedágio e está pedindo dinheiro público para dar dinheiro à EGR – Empresa Gaúcha de Rodovias. E não arrumou um metro, esburacou rodovias, só pagou os salários da companheirada que faz parte desta EGR. Então, Sr. Tarso Genro, não me faça pedir mais vezes o chapéu emprestado para demonstrar que o senhor, que o Governo do Estado, só faz promessas e acenos com o chapéu dos outros. Chega de fazer aceno com o chapéu dos outros. Governador, vamos cuidar de fazer as coisas no presente e não passar a responsabilidade para os outros. O Governo Federal tem de cuidar da Saúde, sim, os governos dos Municípios vizinhos de Porto Alegre podem participar, que sejam consultados, que participem do Pronto Socorro, do Cristo Redentor, do Hospital Conceição, de todos os hospitais de Porto Alegre, pois todos usam os hospitais de Porto Alegre. E nós não vamos ficar aqui ouvindo que precisa melhorar a Saúde. Precisa, tem que melhorar, mas tem que ser com todos. Obrigado pelo empréstimo do chapéu. Eu não vou fazer aceno gratuito, mas foi um exemplo que eu quis dar: aceno com o chapéu dos outros não se faz! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ELIZANDRO SABINO: Sr. Presidente, Ver. Dr. Thiago; é necessário que nós possamos aqui estabelecer um esclarecimento... Falando em tempo de Liderança, não vai ser possível oportunizar ao Ver. Alberto Kopittke que faça aqui um aparte. Nós vamos ter a necessidade de estabelecer aqui um esclarecimento, em virtude das imagens que foram apresentadas dessa reintegração de posse realizada ali no Loteamento Cristiano Kraemer. Primeiro, quero destacar que foi realizada num loteamento, próprio do DEMHAB, Departamento Municipal de Habitação. E é importante dizer que a forma contratual como foi realizada essa cessão de uso foi através da Concessão do Direito Real de Uso, que é um instrumento jurídico, diferente, por exemplo, da PRU, que é a Permissão Remunerada de Uso, diferente da AGU, que é Autorização Gratuita de Uso, e de outros instrumentos jurídicos que existem não só em Porto Alegre, mas no Estado do Rio Grande do Sul e no Brasil.

O doutrinador Hely Lopes Meirelles – Ver. Alberto Kopittke, o senhor que estuda Direito Administrativo sabe – traz o esclarecimento a respeito desses instrumentos do Direito Administrativo para pactuar contratos e estabelecer os contratos com os moradores, especialmente na área habitacional. E no caso da Dona Elvira, antes da ocupação irregular dela, havia um contrato, uma Concessão de Direito Real de Uso com um cessionário. A pessoa estava lá regularmente, saiu, abandonou o imóvel, o imóvel ficou vago, e houve uma venda irregular para a Dona Elvira. Vejam bem: uma venda irregular para a Dona Elvira! O que aconteceu? O DEMHAB, sem saber se era a Dona Elvira, se era o Sabino, se era o Kopittke, entra com a reintegração de posse contra quem está no local – se está –, para retomar o imóvel para dar para o próximo da lista. Essa é a prática da administração, que vem desde a época da sua administração. É a prática do processo administrativo. Qual é a questão? Quando o oficial de justiça chegou lá, quem estava ocupando o local era a Dona Elvira. Poderia ter sido, antes dela, ainda mais um ou dois. O certo é que, no momento da reintegração, era a Dona Elvira que estava lá. Naturalmente, a reintegração de posse tem que ser efetuada. Detalhe do Ver. Kopittke, que V. Exa. não esclareceu aqui. Claro, possivelmente, não era do conhecimento de V. Exa. O DEMHAB oportunizou e ofereceu o aluguel social para a Dona Elvira e seus filhos, que não aceitaram e preferiram chamar, talvez, eu não sei, alguém com uma máquina para fazer estas filmagens. Na verdade, isto aqui é algo a que já estamos acostumados a

presenciar em várias ações de reintegração de posse. As pessoas, naturalmente, não querem sair do local, não obstante uma ocupação irregular, que fere os princípios do Direito. V. Exa. é advogado como eu, conhece os princípios do Direito Constitucional, os princípios do Direito Administrativo, e este caso, Ver. Kopittke, com muita tranquilidade, eu procurei me inteirar dos fatos, é um caso em que efetivamente houve uma venda irregular. Esta senhora estava lá irregularmente. Portanto, o DEMHAB não foi lá espontaneamente, mas cumprindo uma ordem judicial, com oficial de justiça, para reintegração de posse deste módulo, razão pela qual ofereceu e oportunizou o aluguel social para a Dona Elvira e seus filhos, que não aceitaram. Em não aceitando, naturalmente, fica difícil, mas este é o melhor caminho: o aluguel social temporário, provisório, por um período, até que venha a se estabelecer o diálogo com ela, e, desta forma, garantir que ela seja inscrita na lista das oportunidades que têm aí na área da Habitação, Minha Casa, Minha Vida, etc. Portanto, Ver. Kopittke, venho trazer este esclarecimento como medida que se impõe apenas para que a verdade seja esclarecida de forma cristalina. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Apregoo Requerimento, de autoria do Ver. Delegado Cleiton, que solicita representar esta Casa na Sessão Solene em homenagem ao Dia da Consciência Negra, entrega do Troféu Deputado Carlos Santos e medalhas Zumbi dos Palmares, no dia 20 de novembro, às 14h, na Assembleia Legislativa.

Apregoo Requerimento, de autoria do Ver. Cláudio Janta, que solicita representar esta Casa na Marcha dos Vereadores, no Congresso Brasileiro dos Legislativos Municipais, em Brasília, no período de 26 a 29 de novembro de 2013, sem ônus para esta Casa.

O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Sr. Presidente; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, público que nos assiste, quero parabenizar primeiro o Janta pelo seu belíssimo projeto. É disso que o nosso País precisa, Janta. Parabéns.

É uma luta. Não vamos nós, negros, achar que está terminando o racismo. É tudo mentira, tudo balela, eu nunca acreditei, Villela. Sei, sim, que há pessoas maravilhosas que convivem, aqui na Terra, com todos, igualmente, com tratamento igual, com seu semelhante, com seu irmão, mas sei também que tem pessoas que trazem o racismo dentro do seu coração por algum motivo. Mas uma coisa eu vou dizer, senhores: eu jamais vou parar de lutar por uma convicção, por achar que eu sou, que nós, negros, somos seres humanos iguais, com capacidade, com dignidade, com inteligência, porque não é fácil ser trazido, num navio, à força, e construir a metade deste País. País, hoje, que nos dá este presente maravilhoso, virando as costas para todos nós. Mas tudo bem. Por isso eu digo: hoje é muito bonito, dia 20, encerramento da Semana da Consciência Negra. O Dia do Negro é o dia de quê? Dia do sofrimento? Dia da alegria? Eu gostaria que alguém me explicasse que dia é esse! Eu acho que o Dia do Negro tem que ser todo o dia, 365 dias lutando, se quiser que, amanhã, este País o respeite.

Com a ajuda do meu amigo, Ver. Bernardino, estou aqui com um projeto de Indicação que solicita ao Executivo Municipal que indique que a Marina a ser criada no projeto de revitalização do Cais do Porto leve o nome de “Marina O Almirante Negro”, em homenagem a esta pessoa digna da raiz negra, que se chama João Cândido Felisberto, o Almirante negro, que nasceu em Encruzilhada, aqui no Rio Grande do Sul, e que terminou com aquelas chibatadas. Nós ainda apanhamos como bichos dentro de navios, trabalhando amarrados e apanhando como bichos! É isto que nós, negros, temos que ter: essa consciência de, a cada dia na nossa vida, olhar o que os nossos antepassados fizeram! As mulheres negras, o que sofreram para ter os seus filhos negros para, amanhã, serem os grandes homens dentro deste País!

Não estou olhando cor nem raça, se é branca, se é índio, eu acho que há espaço para todos nós vivermos bem. Por que isto aqui é de quem? Tem dono, Fernanda? Vamos parar com isso, nós somos passageiros aqui, vamos parar com essa brincadeira, tudo o que branco faz, tudo o que o branco é, que o amarelo é – eu estou falando aqui do coração... nós fazemos a mesma coisa lá no banheiro! Não tem de ouro aqui! Vamos parar com essa brincadeira! Eu vejo aqui uma lutadora ali na cadeira, a Cucuta. Nós, Cucuta, temos que fazer essa consciência negra os 365 dias, se nós queremos ser respeitados neste País! Sem pedir migalha para ninguém, este País é nosso também! Que bom seria se lá, em Brasília, tivessem cinco, seis negros Senadores, assim como o

Ministro Joaquim Barbosa. Eu, José Tarciso de Sousa, sinceramente – estou falando de coração –, não olhei bandeira, sempre votei no Paim, porque é um negro que mostrava e que mostra lutar pelos negros. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Neste momento, passo a palavra à Sra. Adiles da Silva Lima, professora especialista em estudos africanos e afro-brasileiros, que vai nos brindar com as suas palavras nesta Semana da Consciência Negra, maior evento dedicado à cultura da comunidade negra no Parlamento local. Construída com a participação de entidades do Movimento Negro e militantes, é o espaço de debate público da problemática negra, e, além disso, possibilita uma divulgação das ações dos benefícios do negro na Capital. Em sua 29ª edição, a Semana quer fazer uma reflexão sobre as consequências da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e discutir as características dos territórios negros da Capital. Além de exposições e atividades culturais, a Semana da Consciência Negra deseja promover um debate sobre políticas públicas de saúde do povo negro e uma reflexão sobre a própria natureza da Semana, e é por isso que nós recebemos hoje a Professora Adiles da Silva Lima.

A Sra. Adiles da Silva Lima está com a palavra.

A SRA. ADILES DA SILVA LIMA: Obrigada. Boa-tarde, Sr. Presidente e Srs. Vereadores. Como educadora, gostaria de fazer uma breve reflexão com os Srs. Vereadores e gostaria que vocês me ouvissem por alguns minutos, por gentileza – da prática de professor na sala de aula, cabe ao aluno nos ouvir. E eu gostaria que vocês largassem um pouquinho do tempo para me escutarem, porque tenho uma mensagem para trazer para vocês. É uma mensagem amorosa, de carinho, não é uma puxada de orelha, não é o choro negro, é um trabalho que eu trago para vocês que é fruto das minhas leituras, das minhas experiências. Eu sou uma especialista em estudos africanos e afro-brasileiros, eu escrevo artigos para livros, eu ministro um curso a distância na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e passo por todo esse Rio Grande do Sul fazendo um trabalho semelhante ao trabalho que era feito no pós-escravidão, que é o

trabalho periférico, fora do institucional, um trabalho de consciência negra. Então eu gostaria que vocês escutassem comigo, agora, o vídeo que nós vamos colocar na tela.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

A SRA. ADILES DA SILVA LIMA: Teríamos mais alguns minutos para assistir deste vídeo, mas o que nós ouvimos já é o suficiente para dizer para vocês que, em 2011, na cidade de Durban, na África do Sul, aconteceu um grande evento de direitos humanos, que nós poderíamos comparar hoje ao Fórum Social Mundial. Para esse evento foram chamados países cujas estatísticas demonstravam que estavam com problemas no que diz respeito aos direitos humanos. Havia uma estatística muito feia em termos de genocídio da juventude negra, em termos da evasão escolar de crianças negras, as estatísticas mostravam que os planos políticos pedagógicos das escolas não abordavam a história do continente africano. E isso foi cobrado do Brasil, no Governo do Fernando Henrique, em 2001. O Brasil, como não tinha ainda aberto um processo explícito de políticas públicas para inclusão das ditas minorias, ao voltar, teve que começar a elaborar um plano, um esboço de implementação de políticas públicas no País. No nono dia do Governo Lula, foi aprovada uma das primeiras leis que a gente considera que realmente foi uma atitude política de transformação da educação neste País, que foi a promulgação da Lei nº 10.639, que modificou dois artigos da Lei de Diretrizes, que dá as bases de todo o ensino brasileiro.

No artigo 26-A, da LDB, diz que, a partir de 9 de janeiro de 2003, fica obrigatório, no território nacional, o ensino de culturas africanas, história da África, divisão da África, invasão do continente africano, a colonização dos países africanos, o tráfico negreiro, as heranças civilizatórias que os negros trouxeram por esses navios negreiros, e que brasileiras e brasileiros saibam que esses negros que aqui chegaram por meio desses navios e que virem nus e acorrentados e que tiveram seus braços queimados, seus nomes e a sua religião negados, seus valores civilizatórios tripudiados, não foram negros escolhidos aleatoriamente; esses negros foram escolhidos pela sua mão de obra. Os navios negreiros trouxeram para o Brasil uma mão de obra altamente especializada; trouxeram o conhecimento do trabalho com ferro, com minérios, com ouro, com prata, com pedras preciosas, o conhecimento sobre tecelagem; o primeiro tijolo que o ser

pág. 16

humano construiu foi construído por um negro no continente africano, até pela questão da terra, do barro, “do pó vieste, ao pó voltarás”. Então, nesses navios negreiros, embora essas pessoas tivessem vindo nuas e acorrentadas, elas trouxeram a maior riqueza que poderíamos adquirir em nosso País.

O que aconteceu? O Brasil do pós-escravidão criou o projeto de sociedade que não incluiu negros e indígenas nos seus programas. Então nós criamos um modelo de sociedade a partir dos currículos escolares, porque é o lugar por onde todos nós passamos; criamos um modelo excludente, supervalorizamos a cultura europeia. Nós, negros, crianças negras, passamos uma vida inteira apreciando as belas biografias de heróis europeus e nunca aprendemos que, na nossa ancestralidade, nós também tínhamos e temos heróis. Então, eu, como uma criança negra, fui criada numa escola particular de freiras; sou metodista – portanto, de confissão religiosa oriunda da Inglaterra e, depois, dos Estados Unidos –, cantei no coral da Igreja Metodista. Estudei línguas estrangeiras, aprendi cantos em inglês, em italiano e em espanhol. Quando chegava aquela maldita aula da escravidão, eu tinha vergonha de ser negra, eu tinha vergonha do meu pai, tinha vergonha dos meus pertencimentos. Isso, gente, está acontecendo hoje nas nossas escolas públicas. Eu estou com 63 anos de idade e isso acontece ainda hoje nas escolas públicas.

O nosso reencontro de negro com a nossa negritude é um encontro muito forte, é trágico, é pesado, é de sofrimento. Eu, quando criança, sabia que a minha pele era mais escura. Quando me chamavam de negra suja, não me importava, porque eu sabia que a pele era escura mesmo, que parecia que era suja mesmo! Quando eu adquiri os meus 18 ou 19 anos, quando fui procurar os meus espaços na sociedade para botar os meus projetos de vida em ação, eu descobri que a cor desta pele tinha um preço e isso era muito caro para mim! Fica muito cômodo a gente ouvir negros contarem essas histórias que estou contando para vocês. É muito cômodo, no dia 20 de novembro, ter que ouvir essa negrada se queixar e chorar e contar que a gente colocou o Estado do Rio Grande do Sul na situação econômica que ele tem perante os outros Estados da Federação. O que o Rio Grande do Sul é hoje? O que nós somos hoje foi graças a um período em que o Rio Grande do Sul vendeu o charque ao Brasil inteiro e para fora do Brasil. Foi o período que o Rio Grande do Sul aprendeu técnicas de criação de gado. Foi o período em que o Rio Grande do Sul aprendeu técnicas de cuidado com a terra e o plantio. Foi o período em

que o Rio Grande do Sul aprendeu que, para ferrar os seus cavalos, tinha que pegar o conhecimento negro. Para erguer o Palácio Piratini, as igrejas e todas as construções mais antigas do País, tinha que ter o conhecimento do negro, porque italianos e alemães que chegaram ao Brasil não trouxeram essa bagagem. Então, gente, fica cômodo ficar ouvindo e não sentir que a Lei nº 10.639 não agride; ela simplesmente resgata o dever social que nós, brasileiros temos que ter com 52% da população brasileira. Nós somos 52% da população brasileira e estamos vivendo ainda um projeto branco de sociedade, que nos exclui. Como é que este País vai continuar avançando e deixando para trás metade da sua população? É uma corrida ingrata! Nós temos que suportar, no nosso cotidiano, a piscada de olho, a cutucada, a cara feia, a prega na testa do gerente do banco quando nos enxerga, o olhar de vesgueiro quando nós estamos em espaços importantes como este, como hoje eu vi aqui, aquele olhar de ladinho. “O que será que ela vai dizer?” Fica cômodo, porque está tudo colocado para uma sociedade branca. Então, é muito bom a gente saber que não precisa lutar para chegar aos espaços, porque tudo está colocado na sociedade. Nós temos uma universidade pública em que filhos de ricos e classe média alta frequentam esses bancos escolares, lotam os estacionamentos da UFRGS com carros do ano, e jovens negros têm que lutar por uma vaga por meio de cotas! E ainda temos que ouvir que é uma vergonha para nós entrarmos pela porta dos fundos, quando até hoje ainda vige uma lei, a famosa Lei do Boi, com a qual filhos de agricultores e pecuaristas entravam para a universidade, sim, pela porta dos fundos, sem vestibular, e frequentavam a universidade pública! Fica muito cômodo a gente esperar apenas o dia 20 de novembro passar para continuar a vida!

Então, eu gostaria de dizer para vocês que nós temos uma lei que está vigendo no País e que autoridades públicas não se importam com essa lei. E essa lei que vai nos mostrar quem nós somos dentro da escola, reeducar essa sociedade brasileira e mostrar que temos heróis negros, temos poetas negros, temos pensadores negros, temos doutores, mas os nossos espaços ainda não estão abertos para nós mostrarmos isso. Eu gostaria de dizer para vocês que, antes de ser uma professora, uma historiadora, eu sou uma militante, e é como tal que eu estou me colocando aqui. Eu vim trazer esse recado para vocês, mesmo que a grande maioria que não me conheça, porque eu estou vendo que a grande maioria dessa plateia é branca, e os meus espaços, os que eu tenho frequentado, são negros. Estou fazendo esse trabalho de conscientização de forma periférica, fora da

escola! Praticamente fora das escolas! Como professora, eu tenho que fazer o meu trabalho periférico, escondido, porque sempre tem alguém por perto me cuidando para ver se eu não vou falar dessa negrada. Então, eu gostaria de dizer a vocês que esse 20 de novembro, para nós, é o dia da nossa consciência, é o dia em que nós pensamos, em que nós discutimos, é o dia em que reverenciamos os nossos heróis negros. Mas gostaria de dizer a vocês que as portas do movimento negro estão abertas para acolhê-los, e nós precisamos de parceiros brancos nessa caminhada. Muito obrigada. (Palmas.)
(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Professora Adiles da Silva Lima, primeiro, os nossos cumprimentos pelo seu entusiasmo, porque eu não gosto de gente que não tem entusiasmo.

A SRA. ADILES DA SILVA LIMA: Muito obrigada.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Há uns dois anos, eu participava de um evento promovido pelo Ver. Tarciso, e eu não tenho o conhecimento todo que a senhora tem, mas também tenho sentimento. Eu não sou muito favorável às questões de se decidir essa possibilidade ou aquela por questão de cor, eu sou mais na linha das questões sociais, econômicas. Uma parcela muito grande dos pobres deste País é de negros, então eu respeito, enfim. Tenho negros no meu Gabinete, tenho negros lá na minha empresa. Aliás, o mais antigo funcionário da minha empresa, já há 18 anos, é negro, o Luiz Augusto. Enfim, não tenho problema nenhum com isso. Mas, naquela oportunidade, eu disse, e eu insisto nisso, que a grande maioria dos negros não conhece a sua própria história, a importância da formação do Rio Grande com a participação do negro. Eu acho que a senhora faz uma provocação, um chamamento. Nós todos temos que ter orgulho de onde nossos antepassados vieram. De um jeito ou de outro, a população, aqui no Rio Grande do Sul e no Brasil, foi formada – e é formada – por diferentes etnias, e cada uma contribuiu com uma parcela importante. Por isso, vivemos no mundo em que vivemos, especialmente aqui no Rio Grande do Sul, com uma sociedade muito rica.

Quero cumprimentá-la: que bom ouvi-la falando com tanto entusiasmo, porque é com entusiasmo que conseguimos coisas boas para todos nós da sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Obrigado, Presidente. Sra. Adiles, fiquei emocionado ao ouvi-la; é tudo aquilo que eu penso, tudo aquilo que eu gostaria que um dia, se Deus quiser, oxalá, comece a acontecer. Na minha infância, me pregaram uma peça muito grande, sempre pregaram peças na gente. Eu venho do Estado de Minas Gerais, onde a escravidão foi muito pesada, muito forte. Zumbi, para nós, lá, quando crianças, era um fantasma. Eu, mais tarde, fui descobrir que Zumbi é um herói, um grande guerreiro. Então, chegou o momento de a gente começar, nas praças, nos museus, nos teatros, colocar os nomes dos grandes ídolos, dos grandes líderes negros que fizeram essa história maravilhosa, não só no Rio Grande do Sul, mas no País. Então, vou falar muito pouco, porque tudo o que falaste é o que eu sempre pensei, penso e, quem sabe, com esse entusiasmo, com essa luta, mais gente comece a aderir, e a gente comece a ganhar espaço neste País. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu queria te cumprimentar, Adiles da Silva Lima, e, cumprimentando a tua pessoa, cumprimento todos os trabalhadores da Câmara que, mais uma vez, construíram esta Semana da Consciência Negra da Câmara Municipal. Primeiro, quero te agradecer pela palestra. Por um lado, com muita tristeza, não pelas tuas belas palavras e pela tua forma enfática de falar de coisas muito graves que ainda ocorrem no Brasil, mas pela situação ainda dramática de um povo que foi escravizado, que foi violentado em uma série de direitos e de uma sociedade que ainda esconde seu próprio racismo. Porque, se os negros e negras e brancos não sabem a história do povo negro, é justamente porque essa história não é contada, apesar da Lei nº 10.639/2003. Não é contada na escola, não é contada na novela. Qual é o papel que cabe às negras e aos negros na novela, apesar de constituírem 50% da população? Não é contada nos meios de comunicação porque infelizmente a ideia dominante é a ideia da classe

pág. 20

dominante; e a ideia da classe dominante não é contar as barbáries que fizeram para construir essa sociedade, usando o trabalho de gente trazida à força, violentada nos navios negreiros, sem contar aqueles que morreram nos navios negreiros, as mulheres estupradas, que construíram essa história e que, lamentavelmente, ainda não foram reparados, seja do ponto de vista educativo, seja do ponto de vista das ações afirmativas. Porque eu acho que muito se conquistou a partir da luta de vocês. Tivemos grandes mártires: João Cândido, um herói injustiçado pela história, porque é um herói do povo brasileiro e do povo negro; Malcolm X; Zumbi dos Palmares; poetas; Oliveira Vianna e tantos outros. Mas um povo que viveu – e aí eu não saberia dizer o número de escravos, se seriam 50 milhões em toda a América Lática, eu não saberia o número – essas barbaridades e nunca teve a reparação histórica que merece... Porque a gente vê, por exemplo, a questão do Holocausto – que é outra barbárie da história – e as reparações que o povo judeu teve diante das violações. E nós tivemos que lutar muito, no Brasil, para ter as cotas e ainda dizer que ações afirmativas são importantes num mundo em que a juventude negra e pobre é criminalizada, em que as mulheres negras ganham menos, em que se sofre racismo dentro das lojas, dentro da própria escola, como tu falavas. Então, eu quero te parabenizar e compartilhar essa indignação que, com certeza, é de todo povo negro e também de todos aqueles que se solidarizam e que são parte da luta contra a injustiça. O Subcomandante Marcos sempre dizia que seria *gay* em San Francisco, negro nos países racistas; e eu, neste caso, me sinto negra, apesar da pele branca.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vereador-Presidente, prezada Adiles, eu quero fazer, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, o registro de que é necessária, sim, Adiles, essa contundência, porque talvez estejamos banalizando, ainda, muito algo que é bastante sério, que atinge muito fortemente a formação do nosso jovem, da nossa criança, da negra e do negro. Que a inscrição legal que hoje o movimento negro conquistou, seja da exigência do ingresso no currículo, seja a exigência das cotas, seja a demarcação das terras quilombolas, a criminalização da homofobia, da discriminação racial, acho que são todos dispositivos legais muito importantes; têm que ser apropriados

pelo negro e pela negra como conquistas suas, mas que ainda estão longe de impactar a mudança cultural que nós desejamos e sonhamos para conseguir a igualdade de fato. Mas são instrumentos, portanto, de encorajamento, para mostrar que nós estamos mudando a realidade.

O depoimento do jovem sobre a escola e o empoderamento que a escola lhe deu, o conhecimento da história, foi arrepiante. Eu faria uma analogia aos negros e negras que estão na universidade e que, cada vez em número maior, estão estudando e interferindo na produção do conhecimento; aos que estão levando suas pautas para a universidade, levando sua cultura, suas opiniões e a pauta da não discriminação; e aos que vão mudar a vida por representarem, e não só por teorizarem. Representar, na imagem das nossas crianças, outros destinos que não os destinos até então predeterminados aos negros e negras, o destino da exclusão e da desigualdade.

Então acho que temos instrumentos, temos que avançar nesses problemas, mas temos que continuar com a contundência, porque a alteração cultural não é fácil, não é simples. Parabéns! Conte conosco nessa luta!

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Any Ortiz está com a palavra.

A SRA. ANY ORTIZ: Sra. Adiles, queria parabenizá-la por esta exposição, por esta palestra maravilhosa. Realmente, uma história muito triste, mas tu a trazes com uma força tão grande e muito importante para esta Câmara, para esta audiência que temos através da TVCâmara, com um pouco mais da história do negro no Brasil. Porque, muitas vezes, ela foi contada por brancos, contando a sua versão da história do povo negro, que tem muito o que contar, que tem, sim, os seus heróis e merece todo o nosso respeito. E essa luta não é só dos negros, é uma luta de todos nós: brancos, negros, índios, japoneses, seja qual for a nossa descendência. Meus parabéns! Siga firme na luta, e conte com o apoio de todos nós. Porque, se hoje, há discriminação do povo negro em seu todo, imaginem com mulheres negras, que muitas vezes são tidas como objeto sexual. O negro hoje ganha 36% do salário de um branco ocupando as mesmas funções. Não tenho dados, mas posso afirmar que a mulher negra ganha muito menos do que esses 36%, tendo a mesma ocupação de uma mulher branca no mercado de trabalho. Parabéns pela luta, parabéns pela informação, parabéns pela palestra que foi dada a todos nós, hoje,

pág. 22

aqui! Queria que todos os funcionários da Câmara pudessem estar aqui dentro deste plenário ouvindo o que a senhora falou, que foi de extrema importância. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente; Sra Adiles da Silva Lima; estava dizendo para o Ver. Tarciso que, neste País, nem todo o negro é branco, mas todos os brancos são negros, todos viemos de uma mesma matriz só, oxigenada pelos italianos, pelos alemães, holandeses, franceses, índios e todo esse povo que habita este País. Quero dizer que o que a Ver.^a Any falou é uma verdade, para a mulher negra, assim como para o negro, eu, como dirigente sindical, posso afirmar isso que a Ver.^a Any falou, a discriminação está desde a contratação até o salário, desde as funções que a pessoa executa dentro de uma empresa até a parte administrativa. Tivemos grandes brigas com empresas que não contratavam negros para trabalhar na frente de lojas, no caixa, somente contratavam negros para trabalhar em depósitos, e hoje a gente vê esses negros executando cargos de gerência. Acho que a competência das pessoas não está na sua cor, no seu credo, ela está no que pode aprender, e isso tem sido negado. Quando o Tarciso diz que – e quase todos nós que temos essa faixa etária – achava que Zumbi era um negócio de filme de terror e, quando conhecemos a história de Zumbi dos Palmares, assim como os nossos jovens têm que conhecer a história dos Lanceiros Negros, realmente, nós temos que rever esse conceito de educação. Um exemplo que sempre uso, em um momento de discriminação, a imagem que mais me vem à cabeça é que, se eu, com 47 anos, gordo desse jeito, com o Ensino Médio completado a pau e corda, fosse negro. Com certeza, nesta Câmara de Vereadores, continuariam somente o Tarciso e o Delegado Cleiton porque eu nem chegaria até aqui.

Força e fé para a senhora, que Deus abençoe todos os negros brasileiros e gaúchos.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra.

O SR. PEDRO RUAS: Quero cumprimentá-lo, Presidente, Ver. Dr. Thiago, pelas iniciativas nesse sentido, e a senhora, companheira Adiles, particularmente a senhora. Eu já vi aqui a querida Eli, de tantos anos; vejo a Cocuta; vejo tanta gente. A Ver.^a Fernanda

já falou pelo PSOL e em nosso nome também, agora faço um registro carregado de elogio a esta luta, mas também falo de uma vergonha. Hoje a imprensa traz dados estarrecedores. Nós temos, para se ter uma idéia, entre a chance de falecer um adolescente branco de forma violenta e a chance de falecer um adolescente negro de forma violenta, a diferença de 400%. Morrem quatro vezes mais adolescentes do sexo masculino, negros, de forma violenta do que brancos. Nós não temos, na USP, a maior universidade do Brasil, quase nada de alunos negros. Nós temos, entre os mais pobres do Brasil, um percentual altíssimo de afrodescendentes; e entre os mais ricos, quase nenhum. Nós temos o pior de todos os racismos, do meu ponto de vista, Dr. Thiago, porque ele é disfarçado, ele é culturalmente aceito e é disfarçado no momento em que acontece. É uma segregação racial e social. Isso acaba permeando o conceito de instituições, de pessoas que, de uma forma ou de outra, afastam os negros de seu convívio.

Então receba a nossa solidariedade, Adiles, o nosso compromisso de continuar a luta para combater o racismo, que, nós sabemos, não acabou; mas também um elogio aos bravos lutadores e lutadoras negros que nos ensinaram a fazer essa peleia e que são exemplos permanentes para todos nós. Um abraço forte.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PAULINHO MOTORISTA: Boa-tarde, Presidente; boa-tarde, professora Adiles; boa-tarde às pessoas das galerias e às que nos assistem em casa. Tarciso, cada vez que eu venho aqui para falar em racismo e esse tipo de coisa, eu fico indignado, porque eu não acredito que isso aí exista ainda. Não estou aqui para fazer média com ninguém, estou aqui para falar de coração. E cada vez que eu te vejo aqui na tribuna para falar de racismo, Tarciso, eu fico muito indignado. Eu não sei como ainda existe racismo hoje, como a professora Adiles acaba de falar – e eu estava atento às suas palavras –, tipo chegar a um local e a pessoa cutucar porque está chegando um negro. Eu não consigo acreditar! Até porque, Tarciso, tu sabes que eu fui “motora” de ônibus por vários anos e convivi com várias pessoas, e eu esperava as pessoas às vezes fora da parada e não olhava se o camarada era preto, branco ou amarelo. Esperava todo o tipo de pessoa,

porque a gente tem que ter respeito com todos. Para mim, racismo é uma indignação, principalmente na escola, como a professora acabou de falar. Quando a criança começa a entender, eu acho que os pais já devem ter uma – forma bem brasileira – palestrinha com a criança, tipo assim: aquele gurizinho, aquela guriuzinha negra que é tua vizinha, vai ali e brinca com ela. Aquela coisa toda, o incentivo tem que vir de certos pais – não estou generalizando –, eu mesmo fui criado assim. Como eu já falei várias vezes aqui, Tarciso, meus pais sempre disseram para eu nunca chamar alguém por apelido, ou negro, ou coisa parecida. Até porque hoje em dia tenho vários amigos negros, trabalhei com rodoviários, cobradores e motoristas negros, e me orgulho muito disso. Cada vez que me encontro com eles, recebo aquele abraço, aquele carinho. Então, é uma indignação, Tarciso, cada vez que a gente tem que vir falar nisso. Eu não acredito que hoje, 20 de novembro... Isso aí não era para existir! Hoje em dia, o branco, o preto, o amarelo, todos têm direito, todos são seres humanos, todos nós somos guiados por Deus, que nos coordena. Todo mundo fala em pecado, Tarciso; o racismo é um dos piores pecados, cara! Olhar para uma pessoa preta ou amarela e achar que tu és melhor que aquela pessoa! Eu mesmo tenho amigos negros com uma inteligência que, cada vez que eu tenho que fazer alguma coisa, eu ligo para eles sabendo que são inteligentes e que vão me ajudar. Qual é a diferença do branco e do negro, Tarciso? Eu fico indignado, cara, de coração. Eu não acredito que isso ocorra hoje em dia. Se eu estou em um local e vejo algum tipo de racismo, eu sou o primeiro a interferir naquela situação, Tarciso. Houve uma situação em que o gerente do banco mandou o brigadiano acompanhar o negro quando esse se dirigia para o caixa, mas todos os outros se dirigiram para o caixa sem acompanhamento. Mas o gerente se deu mal, eles pagaram caro na Justiça por isso. Graças a Deus, eles pagaram, e têm que pagar mesmo. Eu sou o primeiro, em uma situação assim, a perguntar por que a pessoa está sendo mal-atendida, por que é preto, por que é amarelo, por que é azul, é vermelho? Isso não pode acontecer, Tarciso. Eu não estou aqui fazendo média, e tu sabes disso. Agradeço a Professora Adiles por estar aqui. Esta Casa é sua sempre, com certeza. Aqui ninguém olha diferente de uma pessoa para outra. Eu tenho orgulho de termos funcionários negros, brancos, amarelos trabalhando na Casa. Respeitamos a todos. Temos o Ver. Tarciso Flecha Negra, eu tenho o maior orgulho de trabalhar com ele, assim como com o Ver. Delegado Cleiton. É o meu maior orgulho dizer para as pessoas que estou aqui na Câmara trabalhando com eles. Eu falo

em nome da Bancada do PSB, do meu Líder Aírto Ferronato, que, com certeza, pensa como eu, professora Adiles, esta Casa é sua e está à sua disposição para quando quiser fazer uma palestra. Eu não estou acreditando, Tarciso, de coração, que se precise fazer palestras sobre isso. Eu ando indignado com isso, cara. Digo isso de coração. Racismo! Pelo amor de Deus! Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Guilherme Socias Villela está com a palavra.

O SR. GUILHERME SOCIAS VILLELA: Professora Adiles, em nome da minha Bancada do Partido Progressista, eu quero apresentar a Vossa Senhoria não apenas os cumprimentos, mas os agradecimentos pela sua palestra emotiva, na verdade, mas muito sábia e pertinente. Eu agregaria apenas duas observações, que vêm do pensamento meu e da minha Bancada. A melhor história do Brasil não seria a melhor história se não fosse a presença do negro. Segundo: não apenas em relação ao Brasil, mas a toda humanidade. A humanidade deve se dar conta que a matriz da humanidade está na África. Reitero, portanto, meus cumprimentos em nome do Ver. Nedel e da Ver.^a Mônica. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Luiza Neves está com a palavra.

A SRA. LUIZA NEVES: Sr. Presidente, Dr. Thiago; eu quero saudar a Professora Adiles e dizer da alegria de, nesta tarde, a estar recebendo. E também gostaria de saudar a comissão organizadora da Semana da Consciência Negra, dos nossos queridos funcionários, servidores desta Casa, da Ely, representando muito bem, e todos vocês – não vou nominar para não pecar. Gostaria de dizer que, em anos anteriores, eu tive o privilégio, juntamente com esses colegas, de fazer parte da organização da Semana da Consciência Negra, nesta Casa, e muito foi feito, e este ano, eu sei que eles gostariam de ter feito mais, o Pedrão, o Hailton, a Kukuta. Eu sei que eles gostariam de ter feito mais, de ter trazido um público maior para dentro desta Casa, terem dado maior visibilidade para esta semana, porque eles têm no sangue, na raça, essa consciência de chamar

atenção, de dizer não ao preconceito. E eu hoje estou aqui, Professora Adiles, como negra, como neta de negro, como negra.

Hoje ainda, no café da manhã, eu conversava com um colega e dizia que quando a minha irmã mais velha nasceu, o meu pai foi registrá-la, e lá no cartório perguntaram a cor. Ele ficou pensando e não sabia se dizia negra ou se dizia branca. Ele falou: “mista”, e até hoje, na certidão de nascimento da minha irmã mais velha, consta como cor mista. Então eu sou descendente de negro, não preciso nem me explicar muito aqui; dá para ver.

Então, nada mais justo do que estar aqui dizendo que, infelizmente, em pleno 2013, não necessitaríamos ter esse Dia da Consciência Negra, porque já era para ter sido derrubado todo o preconceito, todo o estigma, tudo isso que ainda o negro, infelizmente, carrega. Infelizmente. Nós nem precisaríamos de sistema de quotas nem nada, porque as raças são todas iguais. Estou aqui para reiterar isso em nome Bancada do PDT, dar os parabéns para a Professora Adiles; parabéns a esses guerreiros, servidores desta Casa, que organizam e que fazem a Semana da Consciência Negra. Parabéns e que Deus abençoes a todos.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Professora Adiles, vou lhe passar a palavra para as suas considerações finais, e queria, em nome do conjunto desta Casa, fazer três observações. A primeira, como disse o Ver. Janta: nem todos os negros são brancos, mas todos os brancos são negros. A minha bisavó paterna era negra, tinha o tom de pele mais escuro que o Ver. Tarciso, certamente. E quero lhe dizer que, em algum momento, Ver. Paulinho, eu tive dúvidas sobre a questão do racismo, e relatei aqui, esses dias, um fato ocorrido em 2003, que me chamou muito a atenção. Eu estava no bairro Lageado, entre a Restinga e o Lami, com um negro, chamado Jeferson, que era funcionário do Ação Rua – aquele movimento que procura integrar os jovens, os meninos de rua, principalmente da Restinga –, onde fazia um excelente trabalho. Era um negro grande, forte – forte não, Janta, gordo como nós –, e, enquanto íamos do Lageado para a Restinga, eu falava para ele que achava que já não tinha mais tanto, na nossa sociedade, no Brasil, a questão do racismo, que já havíamos passado daquele momento. E, naquele momento, em frente ao Kiko – que é um lugar de lanches, onde tem venda de suco, no bairro Lageado –, faltou gasolina, e eu, imediatamente, coloquei o carro no acostamento e parei. No sentido contrário, vinha uma viatura da Brigada Militar da região da Restinga, que conhecia o meu

carro. E, quando eu parei o carro, abri a porta e comecei a descer, imediatamente, essa viatura da Brigada Militar – que me conhecia –, parou o carro no lado oposto, e quatro brigadianos desceram armados, com as armas em punho, me perguntando: “E aí, Doutor, tudo tranquilo?” E eu, naquele momento, senti e disse: “Pois é, eu estou aqui com o meu amigo Jeferson. Vejam só, faltou gasolina e tal”. E senti, realmente, porque eles observaram nele uma possibilidade... que a exclusão social leva, que é a questão da marginalidade. Nós fomos, colocamos gasolina no carro e, quando eu liguei o carro de novo – ele não tinha me dito nenhuma palavra –, ele bateu no meu ombro e disse: “Tu sabes, agora, o que é racismo?”

Então, eu quero lhe passar isso, dizer que nós temos que ficar profundamente atentos a isso. Eu ouvi, várias vezes, a senhora falar das mulheres negras da periferia da Cidade. Eu trabalho há treze anos como médico, ginecologista e obstetra, na periferia da Cidade, na Restinga, Belém Novo, Ponta Grossa e Lami, sei exatamente dessa dificuldade e sei de um outro problema muito sério, que é a impossibilidade de escolha dessas mulheres. Essas mulheres não têm opção, o Poder Público não dá a opção dessas mulheres poderem escolher quantos filhos vão ter, principalmente, se ela é negra, se ela é da periferia, ela é excluída dessa forma.

Então, eu acho que, a cada dia mais, nós temos que lutar para que as pessoas possam ter o direito de escolher de forma livre e consciente quantos filhos vão ter. Muito obrigado e parabéns pelo seu entusiasmo, Dra. Adiles.

A Sra. Adiles da Silva Lima está com a palavra para as considerações finais.

A SRA. ADILES DA SILVA LIMA: Eu gostaria de dizer para vocês que, ontem, eu estive ministrando uma palestra no Palácio Piratini para funcionários das terceirizadas daquele local. E, no início da minha fala, eu fiz várias perguntas aos funcionários: por que razão a menina trabalhava lá no banheiro fazendo a limpeza? Por que razão o Fulano optou por cortar as gramas? Por que razão o Fulano optou por carregar os sacos de lixos nas costas? Por que razão ele estava lá carregando saco de cimento pesado nas costas? E tive aquela resposta que eu sabia: “Não é porque eu queira, foi por falta de opção na vida”.

Então, é bem isso que o senhor está falando. Para terminar, já que o nosso Presidente trouxe essa história, eu vou aproveitar este momento para fazer um resgate de uma pequena história que a Ver.^a Sofia Cavedon já deve conhecer – eu já explicitiei essa história em outros momentos –, mas gostaria de deixá-la registrada nos Anais desta Casa.

Há muitos anos, eu estava numa esquina, perto do Mercado Público, me encontrando com uma professora aposentada, que foi minha colega durante dez anos na Escola Júlio de Castilhos, foi professora de Português, ela estava aposentada e eu não a via há muito tempo e começamos a conversar. E no momento em que nós paramos na esquina do Mercado Público, ali onde tem uma carrocinha do cachorro-quente, na parada do ônibus Santana, um ônibus – naquela época, os ônibus faziam o sentido contrário –, foi fazer a curva e fez muito aberta e foi contra a carrocinha do cachorro-quente e bateu na minha colega, uma senhora idosa, e ela caiu no chão, bateu a cabeça e ficou desacordada. Eu corri para pedir socorro para essa senhora, e havia uma pessoa da Brigada Militar por perto e eu chamei para me ajudar, e eu senti que parece que ele não estava querendo ir lá, e como eu tenho essa voz grossa e forte, porque eu sou da fronteira, e o gaúcho da fronteira é gritão, eu fui lá e pedi para ele: “Por favor, ajude-me, ela é uma senhora de idade.” E ele veio e socorreu essa senhora. Enquanto chegava a ambulância, eu resmunguei perto dele, e disse: “Que barbaridade, esses motoristas fazem as coisas na frente da Brigada.” Como quem diz: Não respeitam a Brigada Militar. E o brigadiano entendeu o contrário, ele entendeu que as coisas aconteciam na frente dele e que ele não fazia nada, e me deu voz de prisão. Eu fiquei por cinco horas detida, aguardando um camburão da Brigada Militar que ia me levar para não sei aonde. Eu só fui salva por um ex-aluno meu que entrou, à paisana, e não acreditou que eu estava enrolada naquela situação. Então, para vocês verem como é a cidadania do negro. Para quem pensa que o racismo, hoje, está enfraquecido, o negro continua não podendo exercer a sua cidadania, não consegue fazer um projeto que vá o seu nome, o branco não encosta o seu nome numa parceria, num projeto, na capa de um livro, ou numa palestra, ou num evento de destaque. A gente passa por situações vexatórias com o branco, e a gente, muitas vezes, tem que silenciar de vergonha, ao ver como seres humanos conseguem agir desse jeito. Então, a reparação que a gente pede é o cumprimento de uma lei, é o cumprimento das cotas raciais, é o respeito às nossas políticas públicas. Nós não estamos pedindo

dinheiro, nós não estamos cobrando o tempo que a nossa ancestralidade trabalhou na escravidão. E há quem diga que isso já passou, que o negro está sempre trazendo isso. Eu sou neta de escravizado, meu avô nasceu na Lei do Ventre Livre, mas ele era filho de pessoas escravizadas. Então, eu gostaria de dizer para vocês que eu também paguei os resqúícios da escravidão e meus filhos também pagaram, porque eu só consegui colocar um filho na Universidade Federal quando aconteceu o ProUni, a prova do ENEM, que são provas mais cidadãs, e meus filhos conseguiram adentrar na Universidade Federal porque eu não tinha condições de pagar um cursinho. Então quando se diz que o negro não tem vontade, que o negro não tem projeto, que o negro não tem a luz, que o negro não é inteligente, que negro nasceu para sofrer. Essa é uma forma de escamotear o racismo. Quem ainda adota esse discurso lá nas suas rodas, nas suas festas, entre os seus amigos brancos, abandonem esse discurso, porque ele é de violência, não é de paz, é o discurso do *apartheid*, é o discurso da superioridade, como se houvesse uma superioridade e uma inferioridade na sociedade. É um discurso furado, porque ele se esvai em si mesmo. Quando eu digo que o negro não luta – em que isso avança? Não avança em nada! Viram? Então, é essa a reparação que estou pedindo, ou seja, que nos respeitem, que respeitem as nossas políticas públicas, que respeitem a nossa história, que nos protejam, que nos ajudem, peço que nos deem oportunidades para os nossos jovens que estão procurando emprego. Aí quando dizem assim: “Mas tu nem és negra, por que estás defendendo os negros?” O dono da empresa sabe quem é negro. Eu não preciso perguntar para ninguém se sou negra ou sou branca, o dono da empresa, o empregador sabe quem é negro, e não emprega negro nos hospitais, nos restaurantes, nos balcões dos bancos, nas gerências dos bancos. Dizem que professor ganha pouco... Dizem, não, porque sou professora, a nossa remuneração é uma das mais baixas da sociedade. Vamos ver quantos diretores de escolas são negros ou negras? Obrigada. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Agradeço a presença da Prof.^a Adiles.

Convido todos para o ato solene, hoje, às 19h, de entrega do Troféu Deputado Carlos Santos, com performance musical do nosso Porto Alex e um grupo cultural de Encruzilhada do Sul. A ato será presidido pelo Ver. Delegado Cleiton.

A Ver.^a Any Ortiz está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. ANY ORTIZ: Boa-tarde, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras. Após essa linda manifestação aqui, eu subo a esta tribuna para fazer um *link* com a última manifestação que fiz a respeito das enchentes que assolaram a nossa cidade de Porto Alegre. Eu venho aqui hoje parabenizar, publicamente, a Prefeitura; mas quando é para cobrar, também venho a esta tribuna cobrar da Prefeitura ações mais efetivas para evitar esses recorrentes alagamentos em alguns bairros da nossa Cidade. Elogio, publicamente, a ação que a Prefeitura fez hoje, com uma programação para acabar com cinco focos históricos de lixo na Zona Norte de Porto Alegre. Hoje pela manhã – infelizmente, não pude acompanhar essa ação da Prefeitura por estar aqui na CPI da Procempa. Junto com o CAR Norte, com apoio do DMLU, da SMOV, da SMAM, da Guarda Municipal, do Conselho Tutelar, de lideranças do bairro e da comunidade da Escola Municipal Ensino Básico Dr. Liberato Salzano Vieira da Cunha –, fizeram um mutirão na Rua Francisco Pinto da Fontoura, esquina com a Rua Arroio Sarandi, para terraplenar aquele local, que, há mais de dez anos, é um foco de lixo. Aquele local foi terraplenado, foram plantadas mudas de árvores, foi refeita a calçada, e houve ali a revitalização daquele ambiente. Em qualquer hora do dia ou da noite, podia-se ver usuários de drogas e muito acúmulo de lixo. E todo esse lixo que era acumulado ali, muitas vezes, acabava acumulando-se num único local com as chuvas, provocando inundações na região do Sarandi; emperrando as bombas, porque para ali iam o sofá, o colchão jogados fora. Ocorrerão mais quatro ações desse mesmo tipo, todas feitas pelo CAR Norte, a quem parabenizo por cuidarem do desassoreamento, da limpeza dos arroios, conscientizando as pessoas de que todos são responsáveis pelo meio ambiente. Lá foram plantadas mudas de árvores, criando um espaço novo para aquela comunidade, como uma extensão de suas casas, e conscientizando-os para ali não depositarem mais lixo, que, em 90% das vezes, com as chuvas vai para o arroio, causando essas tragédias que temos visto. A draga está no arroio Feijó desde segunda-feira, e há uma solicitação da comunidade para que saísse do arroio Dilúvio e fosse para lá para continuar aquele trabalho. No dia 15 de novembro, nosso Vice-Prefeito Sebastião Melo, acompanhado do Diretor do DEP, Tarso Boelter, estive no local e autorizou a volta da draga, comprometendo-se com a comunidade local.

Estamos vendo que o compromisso está sendo assumido e nas próximas semanas teremos outras ações desse tipo dentro da comunidade do Sarandi. Deixo aqui o meu apoio total a essas ações da Prefeitura, que beneficiam muito a comunidade de Porto Alegre e, principalmente, a comunidade da Zona Norte. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Apregoo o Memorando nº 50/2013, de autoria da Ver.^a Sefora Mota, que solicita representar esta Casa no Congresso Brasileiro de Legislativos Municipais – Marcha dos Vereadores, na cidade de Brasília, no período de 26 a 29 de novembro, com custeio de viagem.

Apregoo Requerimento, de autoria deste Vereador, que solicita representar esta Casa no Congresso Brasileiro de Legislativos Municipais – Marcha dos Vereadores, na cidade de Brasília, no período de 26 a 29 de novembro, com custeio de viagem.

Apregoo Requerimento, de autoria do Ver. Cassio Trogildo, que solicita representar esta Casa na 5ª Conferência Nacional das Cidades, na cidade de Brasília, no período de 20 a 24 de novembro, com custeio de viagem.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA : Eu queria entregar um Requerimento a V. Exa, Sr. Presidente, Ver. Dr. Thiago, solicitando que o PLCE nº 010/13, que altera o Plano Diretor Cicloviário, não entre na Ordem do Dia até que haja uma Audiência Pública de verdade, com a presença do Executivo Municipal. É um Requerimento assinado pela Bancada do PSOL, pela Ver.^a Sofia Cavedon e pelo Ver. Marcelo Sgarbossa.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Vereadora, vamos deixar entrar na Ordem do Dia para apregoarmos.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Mas eu vou lhe entregar o Requerimento para que seja discutido com as Lideranças, porque é um desrespeito com a Câmara e com os ciclistas não haver a presença do autor do projeto para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Feito o registro, Vereadora.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. PEDRO RUAS: Sr. Presidente, Ver. Dr. Thiago; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, o motivo que me traz à tribuna, lamentavelmente, é muito ruim e é ruim para esta Casa. Nós temos um Regimento Interno, Presidente, nós temos aqui opiniões divergentes, podemos ter posições diferentes uma da outra, mas nós não podemos descumprir o Regimento Interno, Ver. Kopittke. Nós não podemos utilizar manobras para defender interesses que eu gostaria de saber quais são. No dia 1º de dezembro de 2012, este Vereador e a Ver.^a Fernanda Melchionna protocolizaram um projeto na Casa, um projeto conhecido: tombamento do Estádio Olímpico. Esse projeto, Presidente, chegou na Comissão de Justiça no dia 15 de fevereiro, Ver. Janta, de 2013. E esse projeto continua na Comissão de Justiça e eu pedi, várias vezes, ao Ver. Reginaldo Pujol – eu sei que o Vereador é contra. Eu pedi ao Ver. Nereu D’Avila, que foi o último a pedir vista do projeto, Ver. Alceu Brasinha, para que tivesse essa vista afinal e devolvesse o projeto. Nós estamos desde 15 de fevereiro com o projeto, Presidente, Ver. Dr. Thiago, na Comissão de Justiça, e eu pedi que liberassem o projeto. Pois chamo a atenção do plenário, Ver.^a Sofia Cavedon, Ver. Cláudio Janta, Ver. Guilherme Socias Villela, Ver.^a Lourdes Sprenger, que o art. 47 do Regimento Interno, Presidente, diz que (Lê.): “Recebida a proposição, o Presidente da Comissão designará o Relator dentre os membros da Comissão, no prazo de cinco dias úteis.” No art. 48 do Regimento Interno. (Lê.): “As proposições distribuídas às Comissões serão encaminhadas pelo Presidente ao Relator, que, após o seu recebimento, terá o prazo de seis dias úteis, prorrogáveis por igual período”. E será permitida vista ao processo, Ver.^a Sofia Cavedon, uma vez apenas por cada Vereador, pelo prazo de 24 horas. Esse é o Regimento Interno, Presidente. E aqui diz, no *caput* do art. 48, que, não cumpridos os prazos. (Lê.): “...o Presidente remeterá a proposição para outra Comissão ou para o Plenário, perdendo a Comissão a faculdade opinativa no processo.” É uma vergonha o que está acontecendo aqui, é um escândalo! Eu falei com o Ver. Nereu D’Avila, o último a pedir vista, desde 15 de fevereiro, e disse-me Sua Excelência: “Terça-feira estará concluído.” Hoje é quarta-feira, desde o dia 15 de fevereiro. Então, eu peço a V. Exa., Presidente, Ver. Dr. Thiago, que cumpra

imediatamente o Regimento Interno da Casa, e eu sei que V. Exa. cumpre, e que retire da Comissão de Justiça imediatamente o projeto, o PLL numerado de tombamento do estádio Olímpico, repito aqui. Peço que V. Exa. tranque o meu tempo, preciso de sua atenção, porque esse projeto precisa sair hoje – repito, hoje quarta-feira, dia 20 de novembro, hoje! Nós estamos falando aqui de algo muito sério, de autoridades públicas que não cumpriram de ofício o que deveriam cumprir. O nome disso é prevaricação! Eu estou falando, Presidente, peço sua atenção, nos arts. 47 e 48 do Regimento Interno. O Ver. Pujol, para quem eu pedi inúmeras vezes, sabe o que está acontecendo! O Ver. Nereu D’Avila, com quem eu conversei ainda na segunda-feira, sabe o que está ocorrendo! Eu reitero a V. Exa., esse projeto, pelo Regimento Interno, tem que sair hoje da Comissão de Justiça! Os Vereadores, as Vereadoras podem votar do jeito que quiserem, evidentemente, o projeto pode ser derrotado, mas esse projeto tem que vir ao plenário para votação! Ninguém vai enrolar, esconder, sentar em cima, jogar fora, um projeto nesta Casa! Ninguém vai fazer isso! Enquanto este Vereador tiver mandato – e sei que enquanto V. Exa. for o Presidente – isso não vai acontecer! E eu estou dizendo aqui, e requerendo, Ver. Cecchim, que esse projeto saia hoje da Comissão de Justiça, com base nos arts. 47 e 48 do Regimento Interno! E que esses Vereadores, além disso – o Ver. Pujol e o Ver. Nereu D’Avila –, expliquem, esclareçam como mantêm, por quase um ano, um projeto para parecer, prometendo toda semana sua devolução! Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Solicito, Vereador, que faça o Requerimento por escrito para a Mesa.

(16h30min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em votação o Requerimento, de autoria do Ver. Bernardino Vendruscolo, solicitando a retirada de tramitação do PLL nº 011/11. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo a Emenda nº 01/13, de autoria do Ver. Delegado Cleiton, ao PLL nº 042/13.

Apregoo Requerimento, de autoria do Ver. Delegado Cleiton, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 042/13 à apreciação das Comissões, para Parecer. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo a Emenda nº 02/13, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, ao PLL nº 105 /13.

Apregoo Requerimento, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLL nº 105/13 à apreciação das Comissões, para Parecer. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, ao PLL nº 273/13.

Apregoo Requerimento, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLL nº 273/13 à apreciação das Comissões, para Parecer. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O SR. ALBERTO KOPITKE: Presidente, nós, da oposição, queremos registrar que estamos protocolando, neste momento, uma Moção de Repúdio ao Sr. Prefeito por não mais enviar representantes da Administração Municipal às Audiências Públicas e debates promovidos por este parlamento, desrespeitando uma relação histórica entre o Executivo e o Legislativo Municipal e os representantes democraticamente eleitos pelos porto-alegrenses. Estamos protocolando, neste momento, para o debate nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Perfeito. Feito o registro, encaminhe ao Protocolo, Vereador, para que se possa fazer o registro. Obrigado.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, vou ler o que foi combinado com os Vereadores presentes na Audiência Pública (Lê): “Solicitamos a convocação do Sr. Prefeito Municipal e Secretários relacionados à pauta do Plano Cicloviário que tramita nesta Casa, para prestar esclarecimentos sobre a proposição da Prefeitura e escutar a população de Porto Alegre que reivindicou a esta Casa uma Audiência Pública e entregou abaixo-assinado expressando a sua discordância com a desvinculação do Fundo de Percentual de Multas de Trânsito, e que até então não conseguiu diálogo com o Governo. Que essa presença seja em horário compatível com a possibilidade das presenças dos cidadãos e cidadãs desta Cidade”. Assinam os Vereadores da oposição.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Feito o registro. Muito obrigado. Encaminhe ao nosso Protocolo.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Só porque meu nome foi envolvido, eu preciso dar um registro. Eu presidi a Audiência, e essa fala foi uma fala de plenário. Eu não tenho participação, apenas presidi. A minha obrigação já foi feita hoje: o encaminhamento no sentido de pedir ao Prefeito que reveja a possibilidade de o Executivo comparecer aqui espontaneamente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado, Ver. Bernardino, entendemos perfeitamente.

Em votação o Requerimento nº 190/13. (Pausa.) Os Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 198/13. (Pausa.) Os Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, para um esclarecimento de votação. Parto do pressuposto que todos esses pedidos de Sessão Solene estejam previamente analisados pela Diretoria Legislativa dentro daquelas quotas da possibilidade que cada um pode ter de ter mais de uma ou duas Sessões Solenes por ano legislativo e coisas desse gênero. Já vem analisado nesse aspecto?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Já, Vereador, este inclusive tinha marcado o plenário, mediante a solicitação do Ver. Pedro Ruas anteriormente, já há algum tempo, foi reagendado pela nossa Relações Públicas e é registrado nos processos.

O SR. REGINALDO PUJOL: E está na quota do Ver. Pedro Ruas?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Na quota do Ver. Pedro Ruas.

O SR. REGINALDO PUJOL: Porque eu recebi no dia de ontem um projeto em que o Ver. Pedro Ruas e a Ver.^a Fernanda Melchionna homenageiam esses dois cidadãos, com toda a razão; já fui relator da matéria, é outro assunto.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado, Vereador.

Em discussão o PR nº 019/13. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Apregoo Requerimento, de autoria da Ver.^a Jussara Cony, que solicita representar esta Casa no Fórum Brasileiro de Legisladores Municipais – Marcha dos Vereadores, na cidade de Brasília, no período de 25 a 29 de novembro, com custeio de viagem.

Apregoo Requerimento, de autoria do Ver. Eng^o Comassetto, que solicita representar esta Casa na 5ª Conferência Nacional das Cidades, na cidade de Brasília, no período de 20 a 24 de novembro, com custeio de viagem.

Em discussão o PR nº 137/05. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PR nº 137/05.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente e Srs. Vereadores, eu fico contente que estejamos fazendo a primeira discussão desse projeto. Gostaria de convidar o conjunto dos Vereadores a refletirem de uma forma desarmada, de uma forma coletiva na proposição que trago e que trouxe a esta Casa em 2005, Ver. Cláudio Janta. E pode ser que agora, com esta 3ª Legislatura, nós amadureçamos a possibilidade de esta Casa realizar uma Sessão semanal – e a Sessão de votação e não de discussão, de deliberação de projetos – a partir das 18h, nas segundas-feiras. Parece-me que tem muito a ver com o contexto e com a reivindicação das mobilizações deste ano, que exigem maior transparência, que pedem maior diálogo dos representantes com os representados – e o Congresso Nacional está discutindo finalmente o fim das votações secretas. É nesse bojo, da aproximação dos parlamentos com o povo, Ver. Tarciso, dos parlamentos com a vontade popular, no sentido de concretizar, aprofundar a permeabilidade do representante em relação ao representado que eu proponho a alteração dessa Sessão. A cultura do Interior do Estado já é assim. A maioria das cidades do Interior do Rio Grande do Sul reúne – é claro que eles uma vez por semana, nós temos outras Sessões – à noite. E o que é lindo de ver em algumas cidades, Ver. Kopittke, e que tem trazido várias possibilidades de participação da população, é que a TV local transmite direto a Sessão e toda a cidade acompanha. Em algumas cidades, Ver.^a Luíza, Ver.^a Lourdes, a rádio transmite direto a Sessão. Então, está todo mundo ligado no que os Vereadores estão debatendo, o que os Vereadores estão votando, porque as pessoas estão em casa, não estão no trabalho, podem assistir. Tem gente que vai toda a semana ao plenário da sua Câmara de Vereadores e acompanha a pauta, acompanha as votações. Nós não podemos desconhecer que a grande maioria – 80% dos cidadãos e cidadãs – trabalha durante o dia e que é muito difícil para eles acompanharem as deliberações deste plenário, que não vive para si mesmo. Este plenário vive para a sua Cidade. Este plenário tem que ter a sensibilidade da participação, da audiência, do diálogo, da permeabilidade com os desejos e vontade popular. É assim que vamos aprofundar a democracia, é assim que vamos construir consensos, que vamos construir mediações.

Eu exemplifico, Ver. Bernardino, a saia justa que o Ver. Bernardino viveu, na segunda-feira à noite, porque a alguns cidadãos vinham aqui e perguntavam onde estavam os Vereadores. Aí, fica estranho! Há outros momentos, de outros debates, em que eles perguntam onde estão os Vereadores. Quando o povo vem a esta Casa, quer que os Vereadores estejam na interlocução. Portanto, se a gente viabiliza uma noite... A proposta, senhores, é que seja da tardinha para a noite e que seja uma sessão igual à de quarta-feira: uma sessão com Lideranças e votação de projetos, e votação determinada de um, dois, três projetos no máximo. Não é sessão até madrugada. Vamos construir, com os funcionários que atendem ao plenário desta Casa, a compensação em outro turno, na segunda ou terça pela manhã. Eu gostaria muito que evoluíssemos para isso. Isso seria extraordinário. Esta Cidade se impactaria realmente com esta decisão. Nós poderíamos construir mecanismos que a nossa imprensa já tem, de Twitter que vai informando a discussão que está acontecendo na Casa, a informação prévia dos projetos que serão votados. Eu não tenho a menor dúvida de que todos têm a ganhar, cidadãos e Vereadores, com essa facilitação para acompanhamento da população de Porto Alegre das decisões que esta Casa e que atingem as suas vidas. Acho que nós, em nenhuma hipótese, podemos achar que as decisões que tomamos são de pouca importância. Elas são bastante graves, bastante conseqüentes no sentido de implicar a vida do cidadão e cidadãs. É com respeito a essa população, mas também com o olhar que tenho sobre responsabilidade que temos cada vez que falamos, que, cada vez que marcamos sim ou não neste painel, é que proponho uma maior interlocução, Ver. Bernardino, e uma maior permeabilidade com a nossa população, transferindo uma das sessões de decisão para o período noturno.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Bernardino Vendruscolo reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir do PR nº 137/05.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Bernardino Vendruscolo; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, quando entrei aqui na Casa, me deparei com o projeto da Ver.^a Sofia numa

reunião de Liderança e, nessa reunião de Liderança, eu pedi a esta Casa que fizesse um estudo de impacto financeiro desta Casa sobre este projeto, porque eu posso afirmar que sei – não sei se o restante dos Vereadores e o povo que nos assiste sabe – que, ao trabalhar à noite, após as 10 h, nós temos um adicional noturno; nós temos que alterar o contrato de trabalho dos funcionários da Casa. Como seria feita a alteração desse contrato? Nós temos vários setores que dependem desta Casa para funcionar. O público que está em casa tem que entender que nós não chegamos aqui no plenário, e o Presidente, o nosso Diretor, Luiz Afonso; o Sandro; o pessoal que trabalha na Assessoria Legislativa; as Taquígrafas e o Cinegrafista e ficamos aqui; nós precisamos de uma grande estrutura desta Casa para esta Casa poder funcionar. É toda a imprensa que tem que estar acompanhando, os Fotógrafos, Jornalistas, a Guarda, a Vigilância, a Limpeza, o Protocolo, vários setores desta Casa; eu acredito que uma grande parte desta Casa, quando o Plenário funciona, precisa estar aqui presente. Então eu acho que, primeiro, nós teríamos que ver o impacto financeiro que isso vai ocasionar à Casa. E esse impacto, com certeza, será muito grande.

A segunda questão é ouvir e discutir com os funcionários desta Casa, que é um espaço democrático, Ver. Kopittke, um espaço onde nós exercemos a democracia e eu acho que as pessoas que aqui trabalham dela também fazem parte e têm interesse nesta questão em saber se população de Porto Alegre está a fim de arcar com mais esse ônus, que vai ser um grande ônus para nós. Vai ser um grande ônus, Vereadora, até agora, não existe nenhum estudo que comprove que não vai ter um grande ônus, só se nós não vamos garantir os direitos dos trabalhadores de receber o adicional noturno, hora-extra, isso incorpora no 13º salário, nas férias, na vida das pessoas e no caixa desta Casa! E nós temos saber o impacto financeiro que vai ter esta Casa funcionar um dia da semana, à noite. O dia em que a Casa irá funcionar irá mexer com toda a sua estrutura, nós não podemos omitir isso, irá mexer com uma grande parte da sua estrutura. Nós teremos até a dificuldade – e isso eu falo aqui por outros setores que trabalham à noite – de transporte dos funcionários. Isso ocorre nos *shopping centers* que funcionam até tarde, têm vários pedidos de providência à EPTC, à própria Câmara de Vereadores para rever o horário das linhas de ônibus, nós vamos ter vários problemas para a Casa funcionar de noite. E eu tenho dúvidas ainda, a principal é quando a Ver.^a Sofia fala que nós vamos poder estar entrando na casa das pessoas.

Eu tenho certeza de que, segunda, terça e hoje, quarta-feira, nem o futebol vai competir com o Félix, nem o futebol vai competir com a novela, com as atrações que, a cada dia, as televisões vêm brigando mais por lobo, e o povo vai nos ver aqui. Até existem horas em que é interessante este plenário, têm horas em que este plenário é atrativo quando há a divergência. Mas, na grande parte deste plenário, há a convergência, e nós não podemos nos iludir que as pessoas vão deixar de ver a tevê paga, tevê aberta, deixar de ver a novela, o futebol, para assistir à Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Então eu acho que não existe esse argumento. O que nós temos que ver é a alteração do Regimento, a hora de começar as Sessões, a forma de começar quando deixamos para iniciar as votações importantes, como este projeto, quase às 17h. Nós temos que ver essas questões para agilizar a produtividade desta Casa em prol do povo de Porto Alegre. Eu acho que faltam todos esses estudos, para os quais eu encaminhei o pedido na Reunião de Lideranças, para nós podermos discutir este projeto que altera o Regimento, e que nós vamos discutir por duas Sessões conforme prevê o atual Regimento desta Casa.

Agora, com certeza, nós vamos ter que ouvir os funcionários desta Casa e vamos ter que ver o impacto que isso vai causar. Com força e fé, nós vamos seguir lutando pelo melhor para o povo de Porto Alegre! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para discutir o PR nº 137/05.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, Ver. Bernardino Vendruscolo; Ver.^a Sofia, primeiramente, antes de falar sobre o seu projeto, eu quero convidá-la para a inauguração da Escola Municipal Moradas da Hípica, no bairro Hípica, no dia 26, às 11h. Lá, teremos os brinquedos adaptados para as crianças deficientes, que a nossa querida Secretária Cleci está inaugurando, no dia 26, e a senhora está convidada.

Srs. Vereadores, eu tenho uma séria dificuldade em entender o projeto da Ver.^a Sofia. Por que, Ver. Cecchim? Será que ela consultou os funcionários da Casa? Será que ela foi perguntar, antes de apresentar esse projeto? Porque isso tem custo! Há senhores, senhoras, jovens que têm sua atividade em um outro lugar também, que trabalham em

outros setores, e aí como é que fica esse dia? Há professores, professoras, e aí? A professora Sofia será que lembrou disso? E fora isso, ela tem que fazer a conta de quanto é que custa? O Ver. Janta já falou que entende muito de lei social, e têm custos. Primeiramente, ela deveria ter feito um projeto para saber quanto é que ia aumentar os gastos na Câmara, e acho que ela não fez esse estudo. Por quê? Isso tem um ritual. Tem cidadão que tem hora marcada para sair daqui para buscar o seu filho no colégio, na creche; senhoras que têm que fazer isso; senhores que têm outra atividade; outros que têm algo a fazer na sua empresa, no seu escritório, trabalhar; e a Ver.^a Sofia apresenta esse projeto. Esse projeto eu acho que até é cabível, Ver. Janta, mas desde que começasse em uma Legislatura nova e determinando que fosse para todos os dias, então, aí todo mundo fazia a sua programação. Por quê? Não, eu não gosto de emenda, Vereadora, eu acho que emenda é um problema sério, eu costumo dizer que são puxadinhos, são gambiarra, e eu não gosto de emenda mesmo, porque muita, muita emenda para mim não serve. Eu não tenho nada contra os Vereadores, cada um faz a sua emenda, é um direito do Vereador fazer, mas eu não gosto. É muito difícil eu apresentar uma emenda. Então, Ver. Alberto Kopittke, a Ver.^a Sofia apresenta esse projeto e ninguém mais sabe quanto custa esta Casa aberta como a Ver.^a Sofia, ela foi presidente desta Casa. Ela foi uma presidente extraordinária, competente e fazia muitas Audiências Públicas aqui, e sabe qual o custo que tem. Porque nós não podemos pegar simplesmente, botar os funcionários a trabalhar e dizer que mudou! E aí como é que fica?

Eu, então, Ver. Villela, realmente, estou encaminhando, eu tenho uma dificuldade séria, uma dificuldade que eu não consigo entender o projeto da Ver.^a Sofia. Se ela tivesse mais esclarecido, falado com os funcionários da Casa, funcionários do Quadro, e também os nossos funcionários do Gabinete, porque são funcionários, Vereador. Eu tenho funcionários que, por exemplo, fazem Faculdade, há outros que estão estudando, e como é que nós vamos fazer isso aí? A senhora mesmo de repente tem funcionário que trabalha em outro setor! Eu estava falando agora a pouco com a Ver.^a Luiza Neves, que está aqui, e ela também tem dificuldade de entender; o Ver. Cleiton também, e assim eu acho que ocorre com vários Vereadores.

Ver.^a Sofia, eu não estou pronto para votar o seu projeto, eu acho que a senhora tem que retirar o seu projeto, fazer um estudo mais adequado e, aí, sim, apresentar com dados para nós, e, quem sabe, o seu projeto poderá ser aprovado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PR nº 137/05.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, em discussão o PR nº 137/05. Eu vou repetir, Ver.^a Luiza Neves, PR nº 137/05, o projeto tem oito anos aqui na Casa. Ver. Janta, os relatores, da época, na sua totalidade não estão aqui na Casa: o Ver. Ibsen Pinheiro foi relator na Comissão de Justiça, já foi Deputado, já desistiu da vida pública, está aqui em Porto Alegre, não tem mandato na Câmara de Vereadores; o Ver. João Antonio Dib, que se manifestou pela rejeição do projeto, não está mais na Casa, nem na vida pública; o João Bosco Vaz é Vereador, mas está licenciado; a Ver.^a Maristela Maffei também não é mais Vereadora; o mesmo ocorrendo com as Vereadoras Margarete Moraes e Ver. Elias Vidal, este último que opina pela rejeição do projeto. São oito anos, e a matéria volta agora, no final de 2013, à discussão. O Ver. João Dib, na oportunidade, se manifestou sobre a proposição e requereu diligência, que foi tempestivamente respondida, averbando o seguinte (Lê): “Além das implicações apontadas pelos respectivos chefes dos Setores supracitados, também seria necessária a convocação de outros servidores como telefonista, garçons, copeiros, serviços de limpeza, todos ligados às áreas administrativas, além do Grupo de Eventos, pois esse não seria suficiente para o atendimento de todas as necessidades das Sessões plenárias, juntamente com as outras atividades que, normalmente, ocorrem na Casa e, costumeiramente, com bem salientou o Chefe do Setor de Portaria, que já extrapola o horário de cobertura das horas extras realizadas pelos servidores desse grupo, bem como o limite previsto no art. 4º da Ordem de Serviço 005/01, que estabelece que nenhuma atividade deste Legislativo poderá ultrapassar às 22h”. As inconveniências desse Projeto, que nós deveremos votar numa próxima Sessão, são as mais eloquentes. Eu até, Ver. Brasinha, não entendo o porquê dessa demora em deliberarmos sobre essa matéria, cuja rejeição se antecipa como inadiável. Aliás, o próprio objetivo, anunciado pela proponente, de propiciar uma maior participação popular com as Sessões de segunda-feira iniciando-se às 18 horas, frustra-se, porque o mesmo segmento socioeconômico empregado, que trabalha durante o dia todo, às 18h continua trabalhando e não se locomoveria, em tempo

hábil, para chegar aqui antes das 19h30min ou 20h, período em que o trânsito da Cidade está o mais complicado possível. Então, qual é o objetivo desse projeto? Simplesmente promover uma mudança. Ora, antigamente, a Casa já teve a oportunidade de ter horários díspares de funcionamento com Sessões plenárias nas segundas-feiras, com início às 14h; nas quartas-feiras, com início às 16h; e, nas sextas-feiras, com início às 9h. Tudo isso se demonstrou inadequado, essa descontinuidade no horário de funcionamento da Casa. Por isso, quero, com toda a tranquilidade possível, sei que ainda hoje fui acusado, aqui, de segurar projetos apenas por questão de antagonismo político partidário. Quero dizer, com toda a certeza, que eu não tenho esse tipo de comportamento, mas que sou muito transparente nas minhas posições. Por isso estou na tribuna dizendo, por todas as razões imagináveis, que é desaconselhável aprovar esta matéria, até porque, aprovada essa alteração, neste item do Regimento, deflagraria, Ver. Janta, a necessidade imperiosa de outras tantas transformações, porque até o horário de funcionamento da Casa, que está estatuído, teria que ser modificado, porque o horário... No máximo, termina às 18h, 18h30min, passaria para 22h, 22h30min ou 23h. Evidentemente, não eram somente essas situações que o Ver. Dib citou naquela ocasião que determinariam, porque o Protocolo teria que funcionar, uma série de segmentos da Casa. Afinal de contas, a Sessão Legislativa, realizada neste plenário, é o ápice, é o momento mais importante da Casa. Então, nesse momento, toda a Diretoria Legislativa tem que estar à disposição, também toda a Diretoria Administrativa e todos os serviços especiais. Tudo isso é razão, Sr. Presidente, para que eu afirme hoje o que vou reafirmar no dia da votação: esta matéria deve receber a não aprovação de parte do Legislativo da Casa, no próprio interesse do funcionamento do nosso Legislativo.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para discutir o PR nº 137/05.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Ver.^a Sofia, eu quero iniciar aqui saudando V. Exa. pela oportunidade deste debate. Nós temos aqui, parece-me, duas dimensões, as duas legítimas e importantes sobre esta sua proposta: a primeira é de conteúdo, de princípios, do sentido da sua proposta, que vem em direção, em busca de maior transparência, maior

relação com aqueles que são os nossos patrões, os nossos chefes: os cidadãos. E uma segunda discussão, também relevante, e eu não desmereço, de âmbito administrativo, trabalhista, organizacional, importante também. Eu quero começar me referindo aqui à primeira dimensão, a do princípio, do objetivo da sua proposta.

Eu estou lendo uma das biografias do ex-Presidente, ex-Governador, ex-Deputado Getúlio Vargas e ali conheci e aprendi um pouco mais sobre a Constituição de Júlio de Castilhos e do Governador Borges de Medeiros, a Constituição da República do Rio Grande do Sul positivista. Naquele período, estava determinado pela Constituição Rio-Grandense que a Assembleia do Rio Grande do Sul deveria funcionar apenas dois meses por ano e que ela deveria apenas analisar o orçamento proposto pelo Governador e fechar suas portas. Durante 25 anos, o Rio Grande do Sul foi governado com essa famosa Constituição, com a Assembleia funcionando dois meses por ano. Desde então, obviamente, muitas águas passaram, e esse esforço – de todos nós, de nos aproximarmos da cidadania – é fundamental, é o que norteia as nossas ações hoje nesse abismo de relação entre o Poder Legislativo e a sociedade, a quem nós não podemos desmerecer, porque inclusive existe um risco à democracia devido ao distanciamento entre os cidadãos e os seus representantes.

Nesse sentido – e eu saúdo a iniciativa do Dr. Thiago e de toda a Mesa pelo trabalho do fortalecimento da transmissão pela TVCâmara, uma baita iniciativa – para usar um termo nosso – que nos conectou com aquele que é o instrumento mais potente: a televisão! Várias vezes, enquanto estou falando, já vou recebendo mensagens. A hipótese que a Ver.^a Sofia traz, que tem mérito, é que se nós tivermos essa transmissão feita à noite, a audiência será muito maior, muito mais pessoas irão nos assistir. Isso é ruim ou esse é o nosso objetivo primeiro? Acho que esse tem que ser o nosso objetivo.

Além disso, inúmeras vezes, convidei amigos para assistirem aos debates nossos aqui, nas nossas Sessões, até homenagens, e as pessoas dizem o óbvio, que não podem vir a esta Casa porque trabalham. Por isso, tirando as exceções, o plenário normalmente se encontra vazio, e isso é ruim para esta Casa. A hipótese que a Ver.^a Sofia levanta é que, sendo à noite, mais cidadãos poderão estar aqui presentes e também poderão nos assistir, pela televisão. Acho que é aí que reside o grande mérito e seja qual custo que for – é verdade, ele tem que ser apontado –, acho importante discutirmos com a Mesa os valores, apontarmos. Mas se o objetivo principal é nos aproximarmos da cidadania, abrir

as nossas portas digitais aqui para que mais cidadãos acompanhem os nossos debates, eu acho que o custo, seja ele qual for, merece ser pago, até porque, até onde tenho notícia, esta Casa tem devolvido dinheiro para o Executivo Municipal. E, se não me falha a memória, foram R\$ 2 milhões no ano passado.

Então, eu peço a reflexão dos colegas, nós temos várias homenagens à noite aqui, importantes também, mas eu acho que se tivéssemos um dia da semana, pelo menos por um ano, vamos testar, e se a repercussão for positiva para todos nós, como eu acho que será, nós podemos manter. Obviamente, vamos dialogar com os servidores da Casa, claro que os direitos deles têm que ser observados, têm que ser concertados, mas eu peço aos colegas que eles possam refletir, porque aqui está uma oportunidade para todos nós. Tem um valor incomensurável essa iniciativa da Ver.^a Sofia e pode beneficiar a todos que aqui estão. Eu chego a não entender a divergência, a contrariedade dessa oportunidade de nós nos aproximarmos da cidadania. Então, fica essa reflexão, para que nós possamos fazer esse debate, desarmados de paixões ideológicas entre oposição e Governo, e pensarmos no fortalecimento de todos nós, desta Casa e da cidadania de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PR nº 137/05.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu olhei o projeto da Ver.^a Sofia e entendi. Não é de hoje, a gente se queixa, às vezes, da Vereadora que faz muitos projetos, que faz muitas críticas, mas eu entendi. Esse projeto está na Casa desde 2005. Aí me chamou a atenção: 2005. O Ver. Reginaldo Pujol veio para a tribuna e mostrou quem é que já, na época, votou contra nas Comissões. Então, eu tenho que, primeiro, dizer para a Ver.^a Sofia Cavedon que é ela uma batalhadora pelos seus projetos, mesmo que a gente não concorde, ela tem o mérito de batalhar pelos seus projetos. Mesmo que a gente não concorde, ela tem o mérito de batalhar pelos seus projetos. No meu ponto de vista, esse é inglório. É uma coisa muito complicada fazer a Câmara de Vereadores trabalhar de noite e de dia. Os Vereadores já fazem isso, ganham para isso, para serem Vereadores 24 horas por dia. Os funcionários da Casa, não; esses

são contratados para cumprir um horário normal de trabalho. O Ver. Cláudio Janta, que é um sindicalista muito ativo aqui, de Porto Alegre, do Estado, do Brasil, sabe o que é isso, o que implica isso. Primeiro, o respeito pelos funcionários, para não excederem até as horas extras; não podem fazer muitas horas extras, não se pode exigir que se façam horas extras. Segundo, eu estava pensando para que seriam as sessões noturnas? Para quem servem as sessões noturnas? Para os trabalhadores desta Cidade? Eu acho que não, porque eles precisam descansar de noite, eles têm que descansar de noite. Acho que a Ver.^a Sofia Cavedon não pensou nas pessoas que trabalham durante o dia. Aqueles que estão folgados ou que estão encostados em alguma instituição é que fazem audiência e que comparecem às Audiências Públicas como profissionais de Audiências Públicas, como profissionais de organizações que estão aí para complicar a Cidade, e não para ajudar, para falar mal de pessoas, para criticar, para desconstituir, com fizerem aqui com o Jaime Lerner. E não falo com Jaime Lerner, não é do meu Partido e nunca foi do meu Partido, mas é um homem de muito respeito no Brasil e no mundo. Se o Oscar Niemeyer falasse ainda e perguntassem para ele, o que ele diria? Quem é que mais se aproxima do Oscar Niemeyer aqui no Brasil? Jaime Lerner. Tem obras em todo o Brasil, tem obras no mundo, é professor, é consultor, é um homem que já foi governador, prefeito de Curitiba, modernizou aquela cidade...

(Aparte antirregimental do Ver. Professor Garcia.)

O SR. IDENIR CECCHIM: Socorre-me o Ver. Professor Garcia, o único brasileiro da IAB mundial. E essas pessoas vêm aqui de noite para fazer isso. Então, se eu não tivesse muitos motivos para ser contrário a este projeto, eu o seria pela frequência de muitos tranca-ruas que vêm nesses momentos. As pessoas de boa vontade, quando querem, se organizam e vêm aqui. Essas galerias enchem, ficam cheias quando as pessoas de boa vontade vêm aqui defender causas justas! Ou as pessoas que a Ver.^a Sofia traz aqui de tarde reivindicando a casa própria, que é uma coisa sagrada, não têm o que fazer? Têm o que fazer, mas ele vêm e pegam o que é mais importante para a vida deles: a casa própria! Então, essa desculpa de fazer de noite para que a população venha, eu acho que é legislar em causa própria. Eu não venho aqui para a Câmara para receber aplausos! Eu não venho aqui para Câmara para trazer claque! Eu venho aqui defender aquilo que eu

acredito, e o que eu acredito, eu defendo com vaia ou com aplausos. Então, não adianta fazer projetos para trazer claque ou trazer aplausos, eu quero fazer o que a consciência me manda. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PR nº 137/05, por cedência de tempo do Ver. Mauro Pinheiro.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Ver. Bernardino. Obrigada, Ver. Mauro, porque acho que esse diálogo é importante que seja realizado, de fato, como diálogo. Eu fico muito lisonjeada quando o Ver. Cecchim diz que eu estou fazendo um projeto em causa própria. Eu faço a leitura de que ele me enxerga como alguém que não se importa que o povo, que o público esteja aqui acompanhando, fiscalizando e reagindo as nossas atitudes nesta Casa. Então, essa é a minha primeira afirmação.

Eu tenho visto aqui, hoje à tarde, por exemplo, lotou um lado e era público ligado ao Ver. Janta, não era ligado à Ver.^a Sofia. Então, tem outros Vereadores nesta Casa que trabalham e investem na interlocução com a cidadania. Acho isso louvável, porque esses são os tempos democráticos que nós estamos construindo.

O Congresso Nacional, a duras penas, votará o fim do voto secreto, e o que eu proponho nesta Casa é o fim das Sessões secretas. E por que elas acabam sendo secretas, Ver. Valter? Porque são transmitidas à noite, quando já aconteceram, Ver. Tarciso. Aí, se a população olha, está zapeando...

É estranho também que o Ver. Cecchim diga que o povo tem que descansar, que de noite não vai poder acompanhar a política, que tem que descansar. É jogar na alienação do povo; quer dizer que o povo, de noite, tem que sentar, assistir a futebol e a novela, se alienar da política e deixar que os políticos decidam pela sua cabeça e por ele, alienado. Eu posso fazer essa leitura. Não creio que esta seja a leitura da maioria dos políticos sérios. Não creio.

A população de Porto Alegre tem o direito de estar sentada, Ver. Mauro, na frente da televisão, zapeando, dando uma espiadinha na novela e uma espiadinha na Sessão que está acontecendo na Câmara de Vereadores da sua cidade. É esse direito que eu quero conceder a ela. E, se achar que tem um tema que lhe interessa, parar e assistir.

Também não gosto, Ver. Janta, que digam: “Imagina que a população vai escolher ver a gente e não ver a novela!”. Bom, espere aí, não se desprestigie! Eu gostaria muito que a população escolhesse nos assistir – nos assistir! Porque a vida melhoraria para muita gente. E quem sabe, na próxima eleição, muitos votariam com mais clareza. Talvez esse seja o temor.

Mas eu acho que este debate, ele tem uma dimensão que foi colocada aqui, as pessoas argumentam com o custo.

É engraçado que muitos aqui falam do custo de uma Sessão noturna. Eu tenho certeza de que os colegas funcionários públicos desta Casa, bem construído o acordo de compensação e de hora extra, se for o caso, não se negarão a investir na democracia. E a democracia tem custo. Fazer democracia tem custo. Vai desde os salários dos servidores, os pró-labores dos Vereadores, a luz, o telefone, o *e-mail*, a água, a casa, a segurança, Ver. Bernardino – isso é custo. Mas, sem esse custo, como é que o povo participaria da esfera pública? Como nós garantiríamos que a vida na Cidade e no País fosse resultado do exercício pleno da cidadania?

Nós temos atividades nesta Casa praticamente todas as noites. Eu tenho dúvidas se teria mais custo ter uma Sessão à noite e passar as Sessões Solenes para as tardes – qual a diferença de custo? Talvez a mobilização de funcionários.

Esses dias, a população que estava aqui presente me perguntava por que não estava sendo transmitida, Ver. Valter Nagelstein, a Audiência Pública pela TVCâmara. No entanto, o contrato da TVCâmara inclui a transmissão de todas as sessões de entregas de títulos – título de cidadão, homenagens, a TVCâmara filma e transmite porque o contrato é esse. Será que não é hora de revermos o contrato? Será que não é hora de garantirmos a cobertura de uma Audiência Pública que trata de um tema pulsante, importante da cidadania e não só uma homenagem, Ver. Garcia? São pesos e medidas diferentes.

Nós temos custos, sim; o nosso setor de eventos está toda noite aqui. Às vezes fica acontecendo uma confraternização até 22h, 23h; e é confraternização, é coquetel, Ver. Garcia! Esse custo eu não vi questionarem, Ver. Cláudio Janta! Agora, o custo da cidadania acompanhando as decisões é questionado? Então, eu gostaria que fizéssemos um debate desapaixonado.

Encerro, dizendo, Presidente, que eu sei que desacomoda; eu sei que desacomodar é difícil, que é ruim, que mudar é ruim, mas se não mudarmos, não evoluímos na democracia. Se não evoluirmos na democracia, falhamos com a nossa missão. Porque quando o povo vota, ele aposta na evolução da democracia.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. CLÁUDIO JANTA: A Ver.^a Sofia estava falando da tribuna, através da TVCâmara, e a Vereadora disse que quando tem eventos aqui, à noite, a Câmara paga coquetel. A senhora falou isso, está nas notas taquigráficas. Eu quero que fique claro para a população de Porto Alegre que está nos assistindo que quando tem algum evento aqui na Câmara, um coquetel, alguma coisa, quem paga é o Vereador; quem custeia é o Vereador, não é esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PR nº 137/05.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, eu quero cumprimentar os Sr. Vereadores e Sras. Vereadoras, e dizer que muito bem lembra o Ver. Cláudio Janta, até porque é preciso, nesse protesto que de alguma forma faz a Ver.^a Sofia de que a cidadania precisa participar mais, que as pessoas saibam que a Câmara de Vereadores de Porto Alegre tem uma vida absolutamente espartana. Os Vereadores não têm privilégios; os Vereadores não têm regalias; os Vereadores de Porto Alegre têm um dos menores, senão o menor salário das capitais brasileiras – o menor salário das capitais brasileiras!; os Vereadores de Porto Alegre têm um gabinete extremamente acanhado; os Vereadores de Porto Alegre têm enormes restrições à utilização da estrutura e da verba de gabinete, de tal sorte que os Vereadores, por força dessas restrições, não conseguem gastar, via de regra, nem a metade daquilo que é a verba de gabinete. Então a primeira questão que precisa ficar clara, para que aquele senhor e senhora que estão nos acompanhando saibam, é que a vida, a estrutura, o dispêndio, o gasto, o custo da Câmara de Vereadores de Porto Alegre é extremamente modesto, módico. Porque as pessoas olham para Brasília e veem que o Congresso brasileiro gasta mais do que o Estado do Rio Grande do Sul. Olham para as outras Casas Legislativas e veem e imaginam, Ver. João Derly, Ver.

pág. 50

Paulinho, que aqui é a mesma coisa. Não é! Então todos estão convidados a conhecer a nossa realidade.

Dois, quero dizer que, graças ao bom Deus, não foi transmitida a audiência com o Jaime Lerner, Ver.^a Luiza Neves, porque é algo digno de vergonha para Porto Alegre e certamente para este legislativo. Um homem de capacidade reconhecida internacionalmente, ex-Prefeito de Curitiba, ex-Governador do Paraná, de vida pública lisa, reta, ilibada, um homem probo, veio aqui nesta Casa para ser, por uma claque, hostilizado – hostilizado por uma claque! E tem acontecido assim. Eu fui aqui, com muito honra, Líder do Governo. Fizemos o Plano Diretor Cicloviário. Naquela época, porque nós priorizamos e quisemos votar o Plano Diretor Cicloviário, a revisão do Plano Diretor de Porto Alegre e outros tantos projetos. Naquela época também discutíamos aqui em Audiência Pública, o tal Pontal do Estaleiro, que todos lembram, e, nesse discutir de projetos, houve tantas e tantas Audiências Públicas. Infelizmente, Srs. Vereadores, o que todos sabem e que saibam os que não sabem: Audiência Pública, por mais que se queira, que se preze, que se deseje, a democracia virou guerra de torcida. Vem um grupo que senta de um lado, vem outro grupo que senta do outro, com razões pré-determinadas, com *parti pris*, com preconceitos, com dogmas, ninguém disposto a ouvir tecnicamente o que algum técnico vem aqui dizer, de tal forma que, se vier um técnico aqui do meio ambiente, por exemplo, falar das árvores exóticas, não o deixam falar aqueles que não concordam: vão, cerceiam a palavra, ofendem... Fizeram isso com o Jaime Lerner! Isso não é democracia; ao contrário, tem sido um exercício de intolerância inadmissível. Essa é a segunda questão.

A terceira questão, há 240 anos – Sr. Diretor Legislativo, me ajude, por favor! –, em torno disso, funciona esta Casa Legislativa. Desde que Porto Alegre foi desmembrada de Viamão e tem a sua Casa Legislativa, funciona dessa forma. Não que as coisas tenham que definitivamente ser da mesma forma sempre, mas tem certas coisas que não há razão para mudar, funciona bem assim. Parece que estão querendo audiência e plateia em horário nobre, mas a Casa está muito bem. Nós temos compromissos; inclusive, quem tem compromisso com a educação dos seus filhos, como eu, a política nos rouba da família. Às vezes, nesse período, temos compromisso de manhã, de tarde, muitas vezes à noite, também os trabalhadores desta Casa têm esses compromissos, todos têm. A Casa funciona muito bem, volto a dizer, há 240 anos assim!

Agora, não quero deixar de cumprimentar a perseverança da Ver.^a Sofia Cavedon, porque já apresentou em 2005, não deu certo, retorna. Tem tantas outras coisas mais importantes para se discutir aqui, mas eu respeito a prerrogativa do Parlamentar em trazer de volta essa discussão e cumprimento V. Exa. pela obstinação, mas não quero ser desrespeitoso dizendo que essa proposta é anencéfala, mas posso afirmar, sem dúvida, que ela é natimorta, porque não há razão, nós não vamos conseguir avançar. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para discutir o PR nº 137/05, por cedência de tempo do Ver. Paulinho Motorista.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quero agradecer o Paulinho Motorista por ter me permitido falar em seu lugar. Ver. Valter Nagelstein, a Ver.^a Sofia fala que o projeto é inovador, mas eu acho que não é, é um retrocesso.

A Sra. Sofia Cavedon: V. Exa. permite um aparte?

O SR. ALCEU BRASINHA: Com certeza, eu sempre vou dar aparte, não tem problema. O Ver. Comassetto que pede e não gosta de dar aparte. Tenha a bondade, Vereadora.

A Sra. Sofia Cavedon: Eu agradeço, Brasinha. Reconheço que V. Exa. permite o diálogo. Eu quero trazer um dado que o Ver. Kopittke me alcançou: que os estudos de audiência na televisão indicam que à noite a audiência é 20 vezes maior do que o dia. Ou seja, 20 vezes mais audiência a nossa Câmara terá se realizar, de fato, ao vivo, as votações para a população à noite. Veja bem, 20 vezes mais! Pense nisso, Ver. Brasinha.

O Sr. Mario Fraga: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Brasinha, se for preciso, depois eu me inscrevo e lhe cedo o meu tempo. Mas, só para aproveitar o aparte da Vereadora: para apresentar um projeto desses, tem que apresentar a

repercussão financeira, porque terá repercussão financeira. Não foi apresentada a repercussão financeira, não pode andar um projeto desses.

O SR. ALCEU BRASINHA: Concordo plenamente com Vossa Excelência, Ver. Mario Fraga. Mas eu quero, Ver. Bernardino, dizer para a Ver.^a Sofia: o seu projeto é um retrocesso! Pode ter certeza absoluta, não é nada inovador, porque traz despesas. Mais ainda: o senhor e a senhora, dona de casa, acham que alguém vai deixar de ver aquela novela para assistir o que nós falamos aqui, Ver. Bernardino? Me responde, Ver. Valter, tu achas que a tua esposa vai deixar de ver a novela da Globo para ver as nossas discussões aqui? E mais, Ver.^a Sofia: a senhora não tem noção do tamanho de um espetáculo de futebol. Eu definitivamente vi que a senhora não tem noção, se tivesse, a senhora não falava. Ninguém imagina o tamanho da proporção, Ver. Janta. Um jogo só proporciona que milhares de pessoas sobrevivam disso. Tem vendedores ambulantes que necessitam de um espetáculo desses. Daí dizer que o espetáculo de futebol não é tão importante? Pelo amor de Deus! Ver.^a Sofia, eu tenho o maior respeito por V. Exa., mas a senhora não tem noção do tamanho de um espetáculo de futebol! Se a senhora tivesse, a senhora não falava isso.

O Sr. Cláudio Janta: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Só para contribuir. Quando o senhor citou que as pessoas iriam deixar de ver um futebol, uma novela, eu quero dizer que nem a minha maior fã, que é a minha mãe, vai deixar de ver a novela para me ver falar na tribuna da Câmara. Esses números devem ser reais em virtude do crescimento de audiência deste horário quando tem futebol e quando tem as novelas.

O SR. ALCEU BRASINHA: Certeza absoluta. Ver. Cecchim, tem aquele nosso amigo evangélico, o Valdemiro Santiago, que consegue, de madrugada, colocar milhares de pessoas a lhe assistirem, porque ele tem as pessoas que são seguidoras dele, os evangélicos. Eu sou um deles. Sou evangélico. Às 4h eu estou olhado.

A Sra. Sofia Cavedon: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Brasinha, eu realmente entendo bem menos de futebol que Vossa Excelência. Mas

segunda-feira à noite praticamente nunca tem jogo de futebol. A segunda questão é que tanto sei do impacto financeiro que o futebol produz que eu tenho um projeto de lei que prevê novos empregos para garantir a segurança nos eventos na cidade de Porto Alegre, e eu espero que a gente o aprove porque vai criar muitos empregos de segurança, seja para os *shows* seja para o futebol.

O SR. ALCEU BRASINHA: Se é bom para a Cidade, se é bom para a comunidade, pode contar com o meu apoio. Mas às vezes V. Exa. se confunde. Eu quero dizer para concluir que realmente eu não acredito, Ver. Mario Fraga, porque se tiver alguém assistindo... É como o Janta disse: que nem a mãe dele vai assistir. Eu também acho que isso vai fazer cair a nossa audiência, que já é pouca. Imagina, Professor Garcia, passando a Sessão para a noite!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. CLÁUDIO JANTA (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dezoito Vereadores presentes. Não há quórum.

(17h43min) Encerrada a Ordem do Dia.

(A Ver.^a Sofia Cavedon assume a presidência dos trabalhos.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, os integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito da Procempa são minhas testemunhas de que eu permaneci na Casa esta manhã até as 14h, quando se encerraram os trabalhos da CPI. Imediatamente após esse fato, havia pessoas que aguardavam comigo, e eu descii até o restaurante para fazer a refeição que todos nós buscamos fazer, até para

nos mantermos em condições físicas de proceder aqui na batalha. Até as 16h, um pouco antes, compareci aqui, fiz o registro da presença e, convocado para uma reunião paralela à Casa, fui surpreendido, no meu retorno, com um pronunciamento do Líder do PSOL, Ver. Pedro Ruas, acerca do que ele chama de prevaricação da nossa parte, relativamente a ter mantido, de forma indevida, em nosso poder, um projeto de lei, de sua autoria e da Ver.^a Fernanda Melchionna, que busca obter o tombamento do estádio olímpico do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense. Com referência expressa ao Ver. Pujol e ao Ver. Nereu D'Avila, pede que expliquem, esclareçam como mantêm, por quase um ano, um projeto para parecer, prometendo, toda semana, a sua devolução.

Primeira colocação: o que está com a Comissão de Constituição e Justiça é um recurso do Ver. Pedro Ruas, da Ver.^a Fernanda Melchionna e da Ver.^a Sofia Cavedon a respeito de uma decisão já prolatada pela Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade. Por unanimidade, repito, o que implicaria que este projeto não pudesse transitar aqui na Casa. Por ter tido essa decisão por unanimidade, cumprindo o Regimento Interno, os signatários foram comunicados dessa decisão, e abriu-se aos mesmos a possibilidade do recurso, que foi hábil e tempestivamente apresentado. A partir daí, com o recurso na mão, cabia um parecer, se nós acatávamos ou não as razões do recurso, e, em acatando, a matéria deveria tramitar, ou se mantínhamos essa decisão a respeito da antijuridicidade do projeto proposto pelos ilustres pares a quem já me referi. Ocorre que o nosso Regimento é muito claro: se houver um voto divergente nesse particular, a tramitação é automática. Por isso, nós emitimos um parecer mantendo a posição anteriormente aprovada por unanimidade. E, ao se colher os votos, dois Vereadores, em momentos diferentes, requereram vistas ao projeto, numa postura absolutamente regimental, e, por isso, nós deferimos as vistas. Primeiro, o Ver. Sabino; posteriormente, o Ver. Nereu D'Avila tinha requerido também. O Ver. Nereu D'Avila dispunha de sete dias para fazer a sua apreciação a respeito do nosso parecer e deveria, ontem, ter devolvido o projeto. Surpreso, na última hora, manifestou-se que teria ainda a necessidade de um melhor clareamento da posição. Hoje, ao que me consta, o Ver. Nereu D'Avila já devolveu esse projeto à Comissão de Constituição e Justiça.

Vou, amanhã mesmo, por ter recebido um ofício do Ver. Pedro Ruas acerca desse assunto, decidir se convoco uma Sessão Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça ou se vou aguardar a próxima terça-feira. Por que essa dúvida a respeito da

posição? É que eu arrisco, colocando uma Extraordinária, encontrar novamente uma unanimidade que eu não gostaria que ocorresse, salvo se ela fosse dos sete integrantes da Comissão, e eu não tenho a certeza de que, se numa Extraordinária convocada dessa forma, eu garantiria ou não a presença de todos os Vereadores. Vou consultar um a um os Vereadores da CCJ, começo por consultar, hoje, o Ver. Kopittke, que está aqui presente, começo por consultar o próprio Ver. Nereu D'Avila, que ainda se encontra presente na Casa, e buscarei estender aos demais integrantes da Comissão essa solicitação. Havendo dos mesmos a concordância, amanhã, em horário que ajustaremos, reunirei excepcionalmente a Comissão para tomar conta, para conhecer desse Parecer. Caso contrário, se atendido ficar o Requerimento do Ver. Pedro Ruas, o processo não irá também para as outras Comissões porque se mantém, hoje, o parecer negativo a esse fato, e ele precisa ser alterado e só será alterado se houver algum voto divergente dentro da Comissão. É o que nós buscaremos esclarecer durante o dia de amanhã. Não vou mais falar nesse assunto, não me presto para esse tipo de debate, o Ver. Pedro Ruas não vai retirar de mim inconfidências e conversas que temos tido, e inclusive de algumas estratégias que ele tem seguido e que eu tenho respeitado por jogar a legítima dentro do processo político.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Apregoo Requerimento, de autoria da Ver.^a Séfora Mota, que solicita representar esta Casa na 5ª Conferência Nacional das Cidades, na cidade de Brasília, no período de 21 a 24 de novembro, com custeio de viagem.

Apregoo a Emenda nº 03/13, de autoria do Ver. Cláudio Janta, ao PLL nº 273/13.

Apregoo Requerimento, de autoria do Ver. Cláudio Janta, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 03 ao PLL nº 273/13 à apreciação das Comissões, para Parecer. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo a Emenda nº 04/13, de autoria dos Vereadores Dr. Thiago e Márcio Bins Ely, ao PLL nº 273/13.

Apregoo Requerimento, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 04 ao PLL nº 273/13 à apreciação das Comissões, para Parecer. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Ver.^a Sofia, eu venho reiterar a posição do PSOL, o Requerimento do PSOL, no sentido de que a CCJ, imediatamente, passe para a próxima Comissão a tramitação do nosso projeto que trata do tombamento do Olímpico, com base nos artigos 47 e 48. A Comissão perdeu o prazo, passaram as 24 horas, e está aqui no art. 48, § 4º, onde consta que mediante requerimento escrito o Vereador poderá requerer ao Presidente da Comissão o encaminhamento da proposição de sua autoria às demais Comissões, etc., quando decorridos os prazos estabelecidos neste artigo, sem a prolação e sem a aprovação do parecer.

Então, nós não queremos a aprovação do parecer, nós queremos que o projeto, que está, desde o dia 15 de fevereiro, com a Comissão de Constituição e Justiça, siga a sua tramitação.

(O Ver. Dr. Thiago reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado, Ver.^a Sofia. Eu quero responder, de forma muito cordial, à Ver.^a Fernanda, que isso já foi matéria anteriormente discutida, dei o aparte ao Ver. Pedro Ruas, e, de forma célere, já despachei o Requerimento. Então, não vamos fazer disso um “cavalo de batalha”, por favor, Vereadores. Esta presidência, de forma diligente, já tomou as providências. Esta presidência já tomou as diligências necessárias, já fez o que deveria ter feito. V. Exa. recorra da forma regimental.

Esta presidência solicita a abertura do painel eletrônico para verificação de quórum (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Sete Vereadores presentes. Não há quórum.

Convido os presentes Vereadores para a Sessão Solene da Semana de Consciência Negra.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
113ª Sessão Ordinária 20NOV2013

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h56min.)